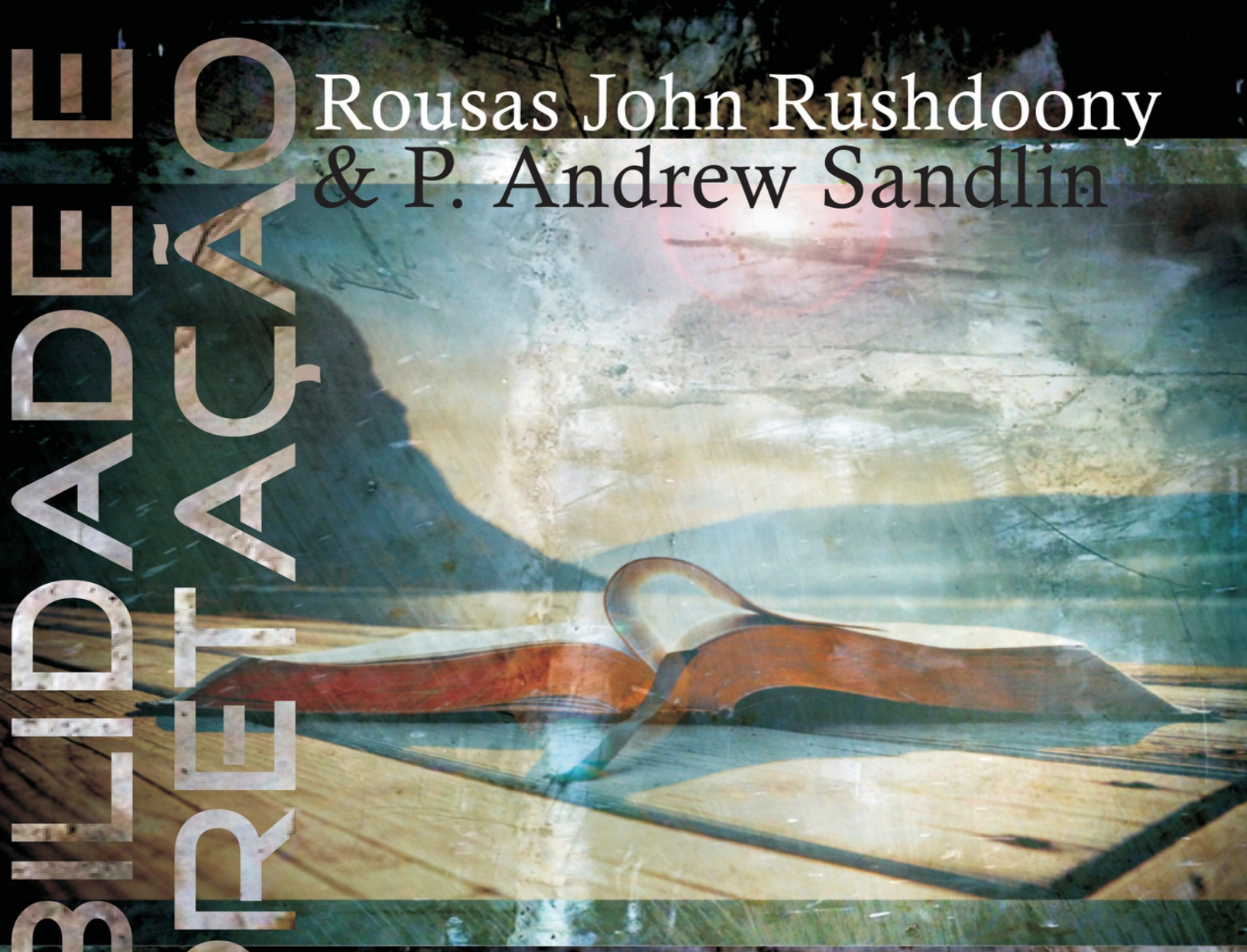
INFALIBILIDADE & INTERPRETAÇÃO

Rousas John Rushdoony
& P. Andrew Sandlin



Infalibilidade & Interpretação

M

Infalibilidade e interpretação

R.J. Rushdoony
P. Andrew Sandlin

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
EDITORA MONERGISMO
Caixa Postal 2416
Brasília, DF, Brasil - CEP 70.842-970
Telefone: (61) 8116-7481 - Sítio: www.editoramonergismo.com.br

1ª edição, 2009

1000 exemplares

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto
Revisão: Marcos J. S. Vasconcelos
Capa: Raniere Maciel Menezes

■

PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR QUAISQUER MEIOS,
SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.

Todas as citações bíblicas foram extraídas da
versão *Almeida Revista e Atualizada* (ARA),
salvo indicação em contrário.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rushdoony, R. J. e Sandlin, P. Andrew

Infalibilidade e Interpretação / R. J. Rushdoony e P. Andrew Sandlin, tradução Felipe Sabino de Araújo Neto – Brasília, DF: Editora Monergismo, 2009.

100p.; 21cm.

Título original: *Infallibility and Interpretation*
ISBN 978-85-62478-20-8

1. Bíblia 2. Teologia 3. Hermenêutica

CDD 230

Este livro é dedicado
à memória de
Cornelius Van Til, cujo
ministério é atemporal.

SUMÁRIO

Seção 1 – R. J. Rushdoony

Capítulo 1: A Doutrina de Deus e a Infalibilidade
Capítulo 2: A Doutrina de Deus e da Escritura
Capítulo 3: A Palavra Infalível
Capítulo 4: O Deus Falível
Capítulo 5: Lei e Inerrância
Capítulo 6: A Bíblia e Meredith G. Kline
Capítulo 7: A Visão de Van Til

Seção 2 – P. Andrew Sandlin

Introdução
Capítulo 1: O Fundamento da Interpretação Bíblica
Capítulo 2: Infalibilidade Bíblica e Interpretação Bíblica
Capítulo 3: A Teologia da Interpretação Bíblica
Capítulo 4: O Pacto e a Interpretação Bíblica
Apêndice 1: Dois Paradigmas para os Aderentes da *Sola Scriptura*
Apêndice 2: Nota sobre a Interpretação Histórico-Redentora
Apêndice 3: A Errância da Teoria da "Inerrância dos Autógrafos Originais"

Infalibilidade
e interpretação

Seção 1

por

R. J. Rushdoony

Capítulo 1: A doutrina de Deus e a infalibilidade

A Escritura me diz que Deus, sendo Deus, é incapaz de mentir (Números 23.9). Jesus Cristo mais explicitamente define a si mesmo como o caminho, a verdade e a vida (João 14.6). Não há acesso à Deidade exceto por meio dele. A Escritura identifica explicitamente Jesus Cristo com a Deidade, e Deus como *a verdade*.

Dessa forma, a doutrina de Deus é muito importante para a doutrina da Escritura. Deus não pode mentir. Ele é também imutável, inalterável. Ele é o mesmo, ontem, hoje e para sempre. “Porque eu, o SENHOR, não mudo” (Malaquias 3.6). Mudança significa que interferências externas afetam e governam o nosso ser. Como criaturas, somos dependentes de um mundo de outras pessoas e de uma vasta criação feita por Deus. Mas Deus não tem tal necessidade de outros, nem a necessidade de algo fora de si mesmo. De fato, Deus expressa seu desprazer com todas as pessoas de mente dobre (Tiago 1.6-7).

Não pode haver nada antes do único e eterno Deus, de forma que não há nada que possa contribuir para o seu ser. Ele é para sempre Deus em três Pessoas, e para sempre um, todavia em três Pessoas. Deus, que não pode mentir, é, dessa forma, *verdade* para sempre, e tudo o que ele é e faz é verdade. *Assim, a palavra proferida por Deus é obrigatoriamente infalível.* Em todas as outras religiões, exceto naquelas que imitam ou tomam emprestado algo da Bíblia, não existe nenhuma doutrina de inerrância ou infalibilidade. A religião bíblica, por outro lado, exige isso. O Deus que fala na e por meio da Bíblia, fala uma palavra necessariamente infalível. Deus é interna e eternamente Deus, totalmente sábio e perfeito em todo o seu ser. Sua perfeição é também perfeição moral, ao passo que em algumas religiões essa perfeição moral está ausente, ou foi substituída pela esperteza. Algumas religiões nativas não viam no ser supremo delas nenhuma excelência moral, mas uma esperteza constante, que era um deleite, em vez de uma força moral.

A menos que uma religião siga e imite o cristianismo, ela não tem nenhuma doutrina de inerrância ou infalibilidade, pois a questão é essencialmente alheia a ela. Por outro lado, no cristianismo, a doutrina da infalibilidade é uma implicação inescapável das suas doutrinas de Deus e da revelação.

Quando nos voltamos para a Bíblia, em contraste com duas obras

escritas como imitações dela, as diferenças são muitas. Os crentes no *Corão* e no *Livro de Mórmon* estão convencidos da verdade e historicidade dessas obras. Elas são apresentadas como verdadeiras e históricas. Muitas críticas têm sido dirigidas às duas obras, e não temos nenhuma intenção aqui de registrar a história desse criticismo.

Tanto o *Corão* como o *Livro de Mórmon* alegam ser uma continuidade da Bíblia, de forma que começam reivindicando o lugar final na história da revelação. A verdade final na história da revelação está nelas, ou virá por meio delas. O Islamismo deixa lugar para um grande profeta que ainda virá, um rei ou *mahdi*, e o Mormonismo crê na revelação contínua por meio das mãos dos doze apóstolos que governam a igreja. Dessa forma, nega-se o caráter definitivo da revelação como também estabelece-se a arena do governo autoritativo. O caráter definitivo da Palavra escrita é substituído pelo caráter definitivo de alguns homens. Nesse passo, mudou-se dramaticamente a fé e alterou-se a autoridade. No lugar da Palavra infalível, temos a autoridade obrigatória de um grupo de homens. As novas revelações minam a revelação bíblica.

Portanto, a Teologia ortodoxa fala da "inspiração verbal" da Bíblia", "inspiração plenária", e assim por diante. As Escrituras são as próprias palavras de Deus, os oráculos de Deus. Assim, Van Til escreveu: "… dessa forma, podemos chamar essa visão de Deus e da sua relação com o mundo de visão *pactual*. Como tal, ela é absolutamente pessoal. Não há área em que o homem seja confrontado com um fato ou lei impessoal. Todas as supostas leis impessoais e todos os supostos fatos impessoais não interpretados são o que são por serem expressivos da revelação da vontade e propósito de Deus". [1] Isso deveria nos dizer o porquê a linguagem do pactualismo é reformada e vantiliana. Ela é alheia ao antinomianismo e sustenta a lei pessoal e pactual do Deus trino.

Básico para a fé bíblica, para a fé reformada, é a crença na soberania de Deus. O termo *senhor* é aplicado a Deus tanto no Antigo como no Novo Testamento, e é na Septuaginta rotineiramente traduzido como *senhor*, Deus ou soberano. O Calvinismo tem feito justiça à doutrina da soberania de Deus e, portanto, tem estado mais pronto a defender a inerrância, porque o senhorio, ou soberania de Deus, é básico para essa visão da Escritura.

Embora os homens rejeitem a soberania de Deus, eles aceitam e exaltam a soberania do homem, e assim a razão humana prevalece à fé e à

soberania de Deus. Da mesma maneira o racionalismo[2] prevalece ao pressuposicionalismo, e a teologia é suplantada por especulações humanistas. Temos, então, o mundo da igreja contemporânea, em que Deus está limitado pelo homem supostamente soberano.

A palavra falada pelo Deus infalível da Escritura só pode ser também infalível, e assim ele a fez. O Humanismo em todas as suas formas exigirá um deus que não pode falar, ou que fale linguagem confusa. O Deus da Escritura não é tal deus. Ele é *o Senhor*, o Rei Soberano sobre toda a criação. Sua palavra é a palavra criadora, a palavra infalível e inerrante. Ao afirmarmos que a palavra de Deus é infalível, afirmamos a nossa fé no fato de o Deus da Escritura ser quem ele diz ser, e por isso cremos em cada uma de suas palavras e, por sua graça, esperamos viver segundo cada uma delas.

Capítulo 2: A doutrina de Deus e da Escritura

A crise do nosso tempo é crise religiosa, com raízes profundas, embora sua origem imediata esteja em Charles Darwin e na sua teoria da evolução. Alguns vitorianos, como Matthew Arnold, viam a solução como o abandono da religião, especialmente o cristianismo, mas a retenção da moralidade, *i.e.*, a versão vitoriana da moralidade bíblica. Agora estamos no meio de uma revolução contra a lei e a moralidade bíblicas, tanto dentro como fora da igreja. Objeções ao ensino da castidade em escolas estaduais fundamentam-se na premissa de que a castidade é uma exigência religiosa antinatural e que, portanto, constitui-se uma invenção da religião. Essa é uma alegação válida.

Como resultado, as escolas estatais estão ensinando valores autoescolhidos de caráter puramente humanista. A sexualidade é considerada como algo *natural* e as formas que assume, como questões de preferência. Há pais que levam as filhas recém-púberes ao médico para serem cirurgicamente defloradas e preparadas para o uso de contraceptivos. Em alguns casos, os pais encorajam os filhos a levarem o parceiro sexual para casa e para cama.

Ao contrário das esperanças de Matthew Arnold, a moralidade não pode continuar separada da religião, nem civilização nenhuma pode durar para sempre.

As tentativas de comprometer a fé bíblica não são novas. Quando a igreja primitiva entrou no mundo intelectual do império greco-romano, o esforço imediato dos convertidos vindos do paganismo foi o de comprometer e incorporar a fé com a cultura existente, que era evolucionária. Como resultado, Platão tornou-se o verdadeiro pai e líder da Igreja Ortodoxa Grega e Aristóteles, da igreja de Roma e, mais tarde, do Arminianismo.

Por conseguinte, muito cedo, vários membros dessas igrejas adotaram uma visão incorreta de Gênesis, dos capítulos 1 ao 11. Alguns, como Gregório de Nissa, sustentavam que todos os livros mosaicos eram simbólicos; afirmava-se que Deus não poderia estar interessado em coisas como leis dietéticas. A História foi assim corroída em favor da mitologia, de certa forma à maneira de Karl Barth.

No cerne de tudo isso estava um conceito estranho acerca de Deus. Para a filosofia grega, a *ideia*, ou a forma, é última (suprema), e *Deus* é um conceito limitador postulado para evitar um regresso infinito em causalidade. Em vez de ser visto como uma pessoa, deus era visto como uma *ideia*, uma

abstração, ao passo que o Deus bíblico é o *Ser* Supremo, três pessoas em um *ser*. Para a mente helenista, o Deus bíblico é uma grosseria, e a Bíblia é grosseira, pois é totalmente pessoal e fala desse Ser Supremo como alguém capaz de sentir ira, zelo, ódio e amor.

Assim, ao longo dos séculos, os teólogos têm comumente refletido essa visão greco-romana sobre Deus, enxergando-o como a Ideia suprema, não como o Ser e a Pessoa Supremas. Certo professor chegou a defender, numa discussão, que a visão bíblica de Deus era grosseira e degradante para a religião sensata.

É importante percebermos que a doutrina bíblica de Deus como o Ser Supremo é básica para a doutrina da Escritura como a Palavra de Deus. A inerrância da Bíblia descansa nisso. Somente o Deus supremo e totalmente autoconsciente, Criador dos céus e da terra e de tudo o que neles há, pode falar uma palavra infalível. No Concílio de Jerusalém, Tiago declarou: "Conhecidas são a Deus, desde o princípio do mundo, todas as suas obras" (Atos 15.18, ACF). Tal conhecimento é *conhecimento total* que requer a predestinação, e nela assenta-se. Ele também necessita da infalibilidade e da inerrância. A palavra do Deus que tem tal poder e conhecimento criadores só pode ser infalível. De fato, nenhuma outra palavra lhe é possível. Uma vez que o seu conhecimento é limitado e especulativo, o homem só pode falar palavras falíveis e especulativas. Sempre que a Bíblia substitui a igreja, a razão, ou qualquer outra coisa como a fonte da verdade, segue-se a doutrina da "inerrância escriturística".

Várias filosofias trazem implícita certa forma camuflada de infalibilidade, *i.e.*, a razão, o método científico, a experiência, e assim por diante. Todo sistema de pensamento tem implicitamente a sua doutrina da verdade; embora disfarçadas com negações modestas, cada uma delas assenta-se num fundamento de pressuposições que definem e identificam a verdade.

Essa doutrina da Escritura aparece claramente em toda a Bíblia. A Palavra de Deus é a única palavra perfeita. Ela cobre não somente sua Palavra escrita, mas suas ações como declaradas nessa Palavra. Deus declara por meio de Isaías que sua determinação da História e seus julgamentos são inescapáveis: "Todo homem saberá que eu sou o SENHOR" (Is 49.23, 26). Em Malaquias 3.6 ele declara: "Porque eu, o SENHOR, não mudo". Quer na

palavra, ou na História, ou nas esferas de pensamento, a Palavra de Deus nunca é uma palavra especulativa, mas sempre uma palavra infalível.

Essa doutrina é talvez a mais revolucionária de toda a História. Não existem livros "santos" em outras religiões, a não ser que elas imitem a Bíblia, e.g., o Corão e o Livro de Mórmon. Essa realidade sozinha tem sido revolucionária na história pelo fato de *exigir* a leitura cotidiana. Fora do mundo da fé bíblica, a leitura cotidiana tem sido o campo de ação de especialistas, *i.e.*, escribas e semelhantes. As culturas pagãs poderiam ser altamente avançadas, com habilidades espantosas em engenharia, astronomia, arquitetura e assim por diante, mas a leitura cotidiana era a habilidade mais especializada. Se, contudo, conhecer Deus significa, acima de tudo, conhecer sua Palavra escrita, então a leitura cotidiana assume uma prioridade ausente em outras culturas. Não deveria ser surpresa, portanto, que à medida que a fé bíblica retrocede, retrocede também a leitura cotidiana. Alguns educadores agora veem muitas pessoas como tipos "iletrados" que não precisam da leitura cotidiana.

Se alguém abandona a crença na inerrância da Bíblia, então a crença no Deus da Escritura é também descartada, para ser substituída, na melhor das hipóteses, por um deus que evolui, ou por uma ideia cósmica, ou um objetivo de evolução como em Teilhard de Chardin. Qualquer deus diferente do Deus bíblico não pode ser salvador do homem. Se ele não é o Deus predestinador absoluto, qualquer salvação oferecida por tal deus é um fato especulativo, não eterno.

Além desse fato, não podemos *conhecer* verdadeiramente tal deus. Em vez de não mudar, ele muda, e a salvação de hoje pode ser condenação de amanhã. Em vez de estudar a Bíblia, devemos então estudar a natureza para entender o próximo passo na evolução. Como Aristóteles, deveríamos esperar aberrações como um bezerro de duas cabeças como possivelmente o próximo passo na evolução. Ou podemos, como Emile Durkheim, ver o criminoso como um pioneiro na evolução, representando para nós um novo estilo de vida na história. A palavra evolucionária substitui a Palavra de Deus que é certa e infalível.

Muito está em jogo, dessa forma, na doutrina da infalível Palavra de Deus. A civilização ocidental foi certa vez mais ou menos cristã, embora agora seja basicamente humanista e evolucionista. Como resultado, ela está em crescente colapso e paralisia e pode somente ser revitalizada por uma fé

sistematicamente cristã.

A igreja também tem cedido ao inimigo. Pouquíssimos seminários sustentam agora a historicidade de Gênesis 1-11. Igrejas supostamente ortodoxas agora tratam os candidatos ao ministério que sustentam a historicidade de Gênesis 1-11 com desrespeito e suspeita. Tendo adotado outra fé, eles veem com suspeita todos os que sustentam a fé histórica.

Como Richard Weaver disse: “ideias têm consequências”, e visões falsas da Bíblia sustentadas dentro da igreja transformam o mundo numa esfera estranha e centrada no homem. O mundo dos seminários e colégios reconhecidos está rapidamente se tornando um mundo de militância anti-cristianismo. O Deus da Escritura está sendo substituído pelo deus de Darwin e Chardin, um falso deus que não conhece a si mesmo e, portanto, não pode ser conhecido por nós.

Em anos recentes, não poucos pastores proeminentes têm sufocado as tentativas de reavivar a importância da doutrina da infalibilidade, insistindo que tudo o que é necessário é que sustentemos e preguemos João 3.16. Mas esse versículo perde todo significado se a doutrina de Deus e da sua Palavra são solapados. A validade da salvação descansa na doutrina de Deus e da sua Palavra perfeita. Remova isso, e o abandono do cristianismo estará a caminho. Aquelas visões sobre a Bíblia que negam a sua inerrância levam passo a passo a uma doutrina estranha e falsa de Deus, à idolatria. Hoje, a idolatria é altamente prevalecente em muitas igrejas.

Capítulo 3: A Palavra infalível

A Bíblia nos revela um Deus que, em razão da natureza e ser atribuídos a ele, só pode falar infalível e inerrantemente. Segue-se que, em virtude desse Deus, temos uma palavra infalível.

Por outro lado, por causa da doutrina do homem como criatura *falível*, temos um fato muito básico sobre o homem. Mesmo no Éden, criado sem pecado, ele era potencialmente falível. Após a Queda ele é pecador, e após a sua regeneração, embora plenamente capaz de pecar, a sua direção básica é a de obediência a Deus e à sua lei-palavra. Pela graça de Deus, na eternidade o homem está, para sempre, além da capacidade de pecar.

A incapacidade para entender o que Thomas Boston chamou de "o estado quádruplo do homem" e a natureza eterna e perfeita de Deus, leva à confusão. Assim como o Iluminismo levou à erosão da teologia, a pregação começou a exaltar o homem ao invés de Deus. Para algumas gerações antes da Primeira e Segunda Guerra Mundiais, a teologia popular era enfática em dizer que o homem é imortal em sua alma, isso a despeito de a declaração de Paulo em 1 Timóteo 6.16 afirmar que Deus é "o único que possui imortalidade", e que o homem tem a graça da ressurreição. É Jesus Cristo quem "trouxe à luz a vida e a imortalidade, mediante o evangelho" (2Tm 1.10). Ela é um dom de Deus, não um atributo do homem.

O homem pecador, mesmo em seu ápice, é falível, e por causa dessa natureza, não é uma fonte de conhecimento válida. Há alguns anos, quando jovem, ouvi um leigo inteligente condenar os teólogos como apóstatas porque os teólogos que ele conhecia eram racionalistas. Para ele, este método negava o predomínio de Deus e o suplantava com a mente do homem.

Esse é o cerne da questão da inerrância, da batalha entre o pressuposicionalismo e o racionalismo: a palavra de quem prevalece, a de Deus ou a do homem? A resposta a essa pergunta é um teste de fé.

No mundo do humanismo, a palavra do homem prevalece. Em muitos processos judiciais envolvendo escolas cristãs, *home schools*, igrejas-escolas, e semelhantes, a pergunta chave dos procuradores do Estado é muito simples: Você crê que a Bíblia é a Palavra inerrante de Deus? Crer assim é visto como uma desqualificação de erudição ou inteligência. Dessa forma, o teste não é o conhecimento ou competência da pessoa, mas a pressuposição religiosa. A questão é quem é verdadeiramente Deus, verdadeiramente supremo, o

homem ou Deus, o seu Criador? Para o humanista, o bom raciocínio deve pressupor a supremacia da razão.

Isaías nos adverte contra esse humanismo: “Afastai-vos, pois, do homem cujo fôlego está no seu nariz. Pois em que é ele estimado?” (Isaías 2.22). A adoração a Deus requer que conheçamos a absoluta primazia de Deus.

A doutrina bíblica de Deus é marcada por um importante distintivo, a saber, a associação radical de Deus com a verdade. Em Números 23.19 somos informados que “Deus não é homem, para que minta”. Tito 1.2 nos diz que Deus não pode mentir. Jesus Cristo, Deus encarnado, declara francamente que não existe nenhum caminho para Deus senão a verdade, e que ele é a verdade (João 14.6). Resumindo, a doutrina bíblica de Deus associa tão intimamente a verdade com Deus que ela afirma que Deus não pode mentir porque isso é totalmente alheio ao seu ser.

Isso significa que a fé bíblica está radicalmente baseada na verdade, tanto que a verdade é citada como básica para a natureza e ser de Deus. Dado esse fato, podemos entender por que existe uma relação tão íntima entre cristianismo e conhecimento, entre ser e verdade. As implicações são enormes. O homem não está sozinho num cosmos desconhecido, mas está numa esfera criada por Deus, que é a verdade, e que é cognoscível nos termos dele. O mundo de Darwin é uma esfera desonesta pois pressupõe pela “fé” a realidade da verdade, embora sua evolução cega poderia tão prontamente vindicar tanto uma mentira como qualquer outra coisa. Darwin pressupõe a realidade da ordem, desenvolvimento e consistência, de uma esfera total de verdade que a sua teoria não tem competência para legitimar.

Para Darwin, a evolução deve dizer “eu sou o caminho, a verdade e a vida”, mas não pode fazer isso. O cristianismo cultural herdado por Darwin fornece a estrutura para sua hipótese, um manto de retalhos de ideias roubadas.

Darwin remove do mundo do pensamento qualquer padrão ou critério objetivo de julgamento, de forma que a *palavra infalível* é substituída pela *evolução infalível,* que carece de todo e qualquer critério válido de julgamento. Certo evolucionista, professor, rejeitou o questionamento da evolução, levantado por um estudante, com as seguintes palavras: “Isso *não pode* ser verdade”. A evolução se tornou o grande imitador do cristianismo: ela é agora *a verdade,* o caminho e a vida para a humanidade!

As questões em jogo em toda discussão sobre a palavra infalível não são triviais. A natureza e o ser de Deus estão em jogo. Renunciar a palavra infalível é renunciar o cristianismo bíblico e substituí-lo por outra fé.

Deus não guia hoje os homens diretamente, sem o uso da Escritura. A suficiência da Escritura torna uma orientação separada desnecessária. O caráter definitivo da revelação bíblica é um artigo de fé: a Bíblia não precisa de nenhuma revelação suplementar. A palavra infalível é também a palavra suficiente.

Jesus, em Mateus 5.17-20, afirma a autoridade absoluta de cada jota e til da lei de Deus. Essa é uma declaração muito forte, e muito importante ao afirmar a inerrância. Nem a menor declaração da Lei Mosaica pode ser ignorada. Sua autoridade é total e sua revelação é sempre ilimitada. Não somos juízes da Palavra de Deus, antes somos julgados por ela.

Capítulo 4: O Deus falível

Como temos visto, a lei em toda cultura requer exatidão, pois a vida e a morte dos homens e da sociedade dependem disso. Nas decisões judiciais modernas, afirma-se que os julgamentos se baseiam na própria pontuação do texto.

A lei de Deus é básica para a sua Palavra escrita, a Bíblia. Porque Deus é o Criador do céu e da terra e de tudo o que neles há, sua lei-palavra governa todas as coisas como elas deveriam ser governadas, precisa e plenamente. A inerrância é uma consequência lógica da doutrina bíblica de Deus.

A doutrina da expiação é fundamental para a Teologia. Sem ela, é impossível ao homem caído aproximar-se de Deus. A expiação remove o grande abismo entre o homem e Deus; remove o pecado, a iniquidade e o seu desprezo pela lei de Deus em favor da lei humana. Como substituto para a lei de Deus, o homem oferece a sua própria lei em troca da lei-palavra de Deus (Gn 3.1-6). A lei torna-se produto do homem, e o homem e o Estado substituem Deus. A expiação torna-se preocupação meramente eclesiástica, quando a lei é reduzida a produto humano. A expiação, além disso, é reduzida em significado quando é separada do fato da *maldição do pecado* sobre toda a raça humana. O pecado é muito mais que um problema particular do homem; desde a Queda o pecado é inerente à natureza humana, de forma que o homem precisa da expiação e da morte, para se livrar dele; e da regeneração e da nova vida, para sobrepujá-lo. Pregar a expiação à parte da maldição e da morte é deformar e distorcer a doutrina.

A expiação nos diz que a lei é real e obrigatória; a expiação torna o violador da lei em praticante da lei, pois é marcada pela transformação do pecador numa nova criatura em Cristo. O homem, assim como é, caído, não ouve nenhuma voz senão a sua. Quando lê a Bíblia, ele ouve, na melhor das hipóteses, a própria voz e rejeita a independência de Deus, porque ela é a antítese da sua própria reivindicação à independência. Ele não pode tolerar a inerrância nem a lei bíblica porque ambas as doutrinas ameaçam a sua crença na própria independência. O homem caído ouve a própria voz em tudo, e a voz de Deus em nada independente de si mesmo. À parte da Teologia Reformada, temos apenas esforços que diminuem Deus ao exaltar o homem.

Na questão da inerrância da Escritura, a controvérsia é: “Que voz ouviremos e obedeceremos?”. Ou a Palavra de Deus, ou a palavra do homem,

é obrigatória e determinativa. Sempre e onde quer que coloquemos a Palavra de Deus de lado, substituimo-la com a palavra do homem, quer admitamos esse fato ou não.

B. B. Warfield declarou muito marcantemente que a Bíblia, quando fala da "palavra profética", se refere a si mesma. Homens falaram da parte de Deus, Pedro nos diz em 2 Pedro 1.19-21. Warfield demonstra que os escritores da Bíblia falaram da parte de Deus. Não foram as suas interpretações particulares que eles nos deram, mas as próprias palavras de Deus.[3] O que a Escritura diz, Deus diz. Há "uma identificação absoluta, na mente desses escritores da Escritura com o discurso de Deus".[4] Dessa forma, há uma identificação das Escrituras com as próprias palavras de Deus. Warfield resumiu a doutrina Reformada da doutrina da inspiração nestas palavras:

> A inspiração é aquela influência extraordinária e sobrenatural exercida pelo Espírito Santo sobre os escritores dos nossos Livros Sagrados, pela qual as suas palavras eram também as palavras de Deus e, portanto, perfeitamente infalíveis.[5]

A Confissão de Fé de Westminster (1729) é a grande declaração Reformada sobre fé e doutrina – diferente da maioria das confissões, ela começa com um longo capítulo sobre "Das Sagradas Escrituras". A Bíblia é "a regra de fé e prática", pois é a própria Palavra de Deus. Capítulo 1, Seção IV nos diz que "a autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (que é a própria verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus". É pela graça de Deus que recebemos a Bíblia como a Palavra de Deus, não por nossa própria sabedoria, discernimento ou inteligência. Dessarte, a Bíblia não depende da confirmação de nenhuma igreja ou erudito. Deus somente a dá por seu Espírito.

Quando nos voltamos para o Budismo ou Hinduísmo, não temos nenhuma palavra infalível ou imutável, pois elas não procedem de tal deus, mas somente de homens. Existem, portanto, muitas tensões contraditórias em tais religiões. O Deus da Bíblia é diferente dos deuses das outras religiões. Ele é onipotente, onisciente, eterno e totalmente autoconsciente. Não existem cantos obscuros nem aspectos escondidos e inconscientes ao seu ser. Ele,

portanto, fala uma palavra infalível e pode falar *somente* uma palavra infalível. A doutrina da inerrância foi, dessa forma, um desenvolvimento necessário da teologia bíblica; qualquer outra visão é alheia à Bíblia. Os credos da Igreja têm desde o começo afirmado que Deus é o Criador do céu e da terra e de todas as coisas que neles existem, e o Salvador da sua nova humanidade escolhida. A lógica inerente nesta fé exige a afirmação da infalibilidade das Escrituras. Não afirmamos um Deus falível e, portanto, uma palavra falível. Aqueles que negam a palavra infalível rapidamente seguirão isso, crendo na falibilidade de Deus. Eles, portanto, não têm uma salvação segura a oferecer, apenas uma provável salvação.

Capítulo 5: Lei e inerrância

O problema básico no homem não é *intelectual*, mas *ético*, não mental, mas moral. Os problemas intelectuais são o resultado dos seus problemas morais. A sua condição de caído, decorre de uma queda moral, não de uma queda intelectual em sua essência. A queda intelectual deve-se ao seu fracasso moral.

Esse é o porquê de a Bíblia nos dar uma religião bem diferente; ela preocupa-se primariamente, não com a ignorância, mas com o pecado do homem. O homem é ignorante por causa de sua rejeição *moral* de Deus.

A Bíblia, dessa forma, não nos oferece prova da *existência* de Deus; ela pressupõe isso. O que ela nos dá é a *lei* de Deus, pois é a lei de Deus que temos violado. Somos *pecadores*, *violadores da lei*, que repudiam o Juiz para evitar a sua lei e condenação.

A rejeição do cristianismo é a rejeição do Deus que nos deu a sua lei e de Cristo, o único que pode nos redimir da maldição da lei. A Bíblia é a Palavra desse Deus trino.

A Bíblia *pressupõe* nossa cegueira *moral*: por conseguinte, Deus fala. Ele falou "muitas vezes e de muitas maneiras" (Hb 1.1) e agora "nestes últimos dias" falou por seu Filho, o Herdeiro de todas as coisas e também Criador delas (Hb 1.2).

Se negamos a lei de Deus, negamos a prioridade moral da Palavra de Deus. A Bíblia, então, torna-se para nós outra coisa diferente da lei-livro de Deus. Em vez de uma palavra de *mandamento*, ela torna-se outra coisa. Mas a Bíblia *é* a Palavra de Deus ao homem, uma palavra de *mandamento* do Criador-Rei para o seu povo *da aliança*.

As histórias narradas pelos escribas do mundo antigo não são dignas de confiança; as vitórias são exageradas e as derrotas normalmente omitidas. Somente *as leis* da antiguidade nos foram transmitidas com precisão. A sociedade não pode existir sem leis porque as leis estabelecem os limites necessários da vida. Falar de *sociedade* é falar de uma *comunidade* ou comunhão. Disso decorre a *confiabilidade* dos códigos legais do mundo antigo.

Visto que a Bíblia é a lei do reino de Deus, ela não somente declara com precisão os requerimentos desse reino, mas declara-os infalivelmente

também. Se negamos a Deus o seu reino, negamos a ele a sua lei. Negar a lei ou o reino é negar o outro. Eles são inseparáveis.

Em qualquer discussão acerca da infalibilidade bíblica segue-se, portanto, que a lei e seu *status* são uma questão relevante, e negar à lei uma definição perfeita da justiça de Deus é negar a Deus o seu reino. Dessa forma, o antinomianismo solapa a doutrina da Escritura e a sua infalibilidade. Resta-nos, então, somente a *história*, na maior parte; mas uma história acurada que carece de todo e qualquer critério moral não é história de forma nenhuma. Logicamente, o modernismo tem um *evangelho social*, um evangelho que deseja moralidade para a história a partir da história, e que é uma palavra mutável e variante. O antinomianismo tem consequências mortais para a doutrina da validade legal da Escritura.

O antinomianismo nega a Deus, ao homem e à história a lei e o governo objetivos e imutáveis. Suas consequências são mortais para a religião bíblica. Remover a lei do cristianismo é removê-la do reino de Deus *e* da expiação, pois ambos pressupõem a lei. Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão dessa lei; ora, se não existe lei não existe pecado nenhum, pois 1 João 3.4 nos diz que o "pecado é a transgressão da lei".

A questão do antinomianismo está, assim, intimamente relacionada com a da infalibilidade. O reino de Deus é uma esfera jurídica; ser admitido nele implica em expiação, a satisfação da lei. Negar a lei é remover do cristianismo a certeza da salvação e do reino de Deus.

Negar a lei é negar o reino de Deus e o Deus trino. A doutrina da infalibilidade converte-se, então, numa doutrina abstrata e remota.

Lidamos com a lei diariamente em todas as áreas da vida e do pensamento. Somos governados pela lei porque vivemos numa esfera particular. Remover a lei dessa esfera é remover sua vida e significado; destrói-se todo o seu foco. O foco da lei bíblica é o reino de Deus e a sua justiça (Mt 6.31). Como resultado do antinomianismo moderno, o foco da igreja tem sido a salvação *pessoal*, no caso do arminianismo; ou a salvação *social*, no caso do modernismo. Se não existe lei, não existe reino nenhum.

Então, não existe nenhum foco sadio para a vida. Fui informado há alguns anos sobre um homem muito capaz, que, não tendo fé nem foco para a vida, lia os classificados "pessoais" e relacionados no jornal diário. Ele vivia vicariamente no mundo estranho da pessoa solitária, ele mesmo mais e mais

isolado na irrealidade.

Os membros de igreja de hoje, que se têm apartado da doutrina da validade legal da Bíblia e de Deus, são também cada vez e mais irrelevantes para Deus e a sua criação, pois se têm apartado da verdade e da realidade.

Para os incrédulos, as doutrinas de Deus e da Escritura são aparentemente difíceis e periféricas, quando na realidade eles se apartaram da verdade por causa da dúvida. Devemos crer para que possamos entender.

Capítulo 6: A Bíblia e Meredith G. Kline

A interpretação da Bíblia tem, com muita frequência, sido determinada pelo contexto cultural da igreja. No mundo greco-romano, a Bíblia, embora exercendo grande poder, era muitas vezes interpretada conforme ideias alheias. No mundo das igrejas Ortodoxas, a influência de Platão era forte; mais tarde, nas igrejas ocidentais, Aristóteles tornou-se a principal influência externa.

Com João Calvino, as premissas bíblicas predominaram, mas, com o tempo, elas abriram caminho para outras tendências, a princípio arminianas e mais tarde neotomistas, e então "científicas", especialmente após Charles Darwin. Como resultado, uma paganização renovada estava a caminho.

Um exemplo interessante e importante da importação de premissas alheias é Meredith G. Kline. No estudo intitulado "Because It Had Not Rained"[6], que apareceu em maio de 1958 no *Westminster Theological Journal* (Vol. XX, Nov. 1957, 133-157), Kline lança dúvidas sobre o relato da criação de Gênesis 1. O artigo levantou perguntas e protestos, mas Kline assegurou a Cornelius Van Til que ele cria na historicidade do relato de Gênesis. Contudo, alguns anos mais tarde, escrevendo sobre "Space and Time in the Genesis Cosmogony"[7] no *The American Scientific Journal* (48:2-15, 1996), Kline deixou evidente que não via Gênesis 1 como histórico.

Em seu livro *Kingdom Prologue*[8] (Vol. 1, 1981), Kline deixa claro sua aderência à teologia simbólica. Entretanto, a sua influência durante cerca de 40 anos sobre inúmeros estudantes de seminário tem sido considerável. É muito importante, portanto, ver o que Kline tem a dizer. Há alguns afastamentos grandes da Fé histórica. Em *The Treaty of the Great King*, *The Covenant Structure of Deuteronomy: Studies and Commentary* (1963),[9] a perspectiva de Kline é uma forma de dispensacionalismo pelo fato de lei de Deus ser vista como autoritativa somente para a comunidade hebraica. Visto que o pacto com Deus é um tratado da lei dado pela graça à sua criação, a ideia pactual é invalidada. Visto que o amor é o cumprimento da lei, o pacto não pode ser reduzido ao amor sem a lei. O amor é o *cumprimento* da lei, é colocá-la em vigor. Qualquer outra interpretação faz violência a Mateus 5.17.

Em *Kingdom Prologue*, Kline, como um Swedenborg[10] moderno, usa símbolos e vê correspondências onde, na melhor das hipóteses, elas são remotas e não essenciais. A criação do homem é descrita com todos os tipos

de correlações ao casamento, de forma que recebemos um senso vago de mistérios místicos que somente Kline pode penetrar. (Um estudioso que tem seguido Kline nessas visões é James Jordan.)

É o artigo “Space and Time in the Genesis Cosmogony” de Kline que melhor revela a sua posição. Para ele, Gênesis é uma visão de “dois registros” da Escritura, um “figurado”, o outro “literal”. Estamos agora no mundo da história mundana de Karl Barth, de um lado, e da história sagrada, do outro. A história sagrada não é vivida dentro da ordem natural. O nível celestial é o registro superior e o nível terrestre, o registro histórico e inferior. Essa é, para Kline, a forma correta de interpretar a Bíblia. Gênesis 1 é a “história” do registro superior.

Esse resumo das visões de Kline esclarece de imediato alguns aspectos importantes da sua visão da Bíblia. Em *primeiro* lugar, ele declara a morte do Protestantismo num grau assustador. Dos incontáveis milhões de pessoas que têm lido a Bíblia, quantas a leram da maneira que Kline diz que ela significa? John Tyndale, ao traduzir a Bíblia, usou um inglês antiquado em seus dias porque era mais simples e mais básico. Ele tinha a esperança de que qualquer jovem camponês a pudesse ler e entender. Tyndale foi executado antes de terminar a sua obra, mas noventa por cento da Versão Autorizada (*King James*) é trabalho dele.

Na visão de Kline, a Bíblia é conhecida somente por especialistas, como ele mesmo. Que jovem do campo entenderá Kline? Na verdade, nem mesmo todos os eruditos o entendem. A visão de Kline é elitista e milita contra a própria vida da Fé – segundo a sua perspectiva, o Protestantismo e a fé Reformada devem ser descartados.

Em *segundo* lugar, ao lermos a Escritura como crentes simples, nos tornamos discípulos de Jesus Cristo. Ao lê-la *à la* Kline, nos tornamos discípulos de Kline. Nas histórias das heresias, vemos os homens se tornando discípulos de homens, não do Senhor, membros de uma seita, não do reino. A visão dele é novidade, e não, a restauração de premissas abandonadas.

Em *terceiro* lugar, a Bíblia, segundo ele, torna-se vítima de eisegese, interpretações exóticas que enfatizam as visões novas de um indivíduo. Cornelius Van Til deixou claro que apenas duas visões são possíveis: autonomia, lei própria; ou teonomia, lei de Deus. A visão de Kline leva à erosão da exegese, de forma que significados estranhos e novos aparecem entre alguns de seus seguidores. O crente ingênuo é visto com desprezo e

desdém, como carecendo da inteligência necessária para entender a Bíblia corretamente. Tal arrogância não é fé nem graça. Como disse certo discípulo de Kline: “Sem conhecer o hebraico, você não pode compreender o significado”. Mas muitos que conhecem o hebraico simplesmente não podem aceitar as visões de Kline.

Em *quarto* lugar, com o surgimento de visões críticas da Bíblia, o ofício de presbítero tem declinado porque a Bíblia tem sido reduzida a um livro para especialistas. Mas a tradução da Bíblia para o idioma de incontáveis pessoas só tem aumentado o conhecimento da Fé. Onde a Bíblia é domínio de especialistas, a Fé é acentuadamente mais fraca. Além do mais, aqueles que veem a Bíblia como seu campo de ação, porque são especialistas nela, parecem carecer das marcas da fé, começando com humildade e graça. Kline certamente criou seu próprio jargão acadêmico.

Na juventude, a minha intimidade com alguns presbíteros escoceses revelou-me o conhecimento bíblico e teológico deles. Mais que uns poucos presbíteros americanos, eles eram profundamente versados no conhecimento bíblico. O notável J. Howard, que trabalhava numa companhia petrolífera, numa discussão em sua casa de inverno no Arizona citou-me capítulos inteiros da *Confissão de Fé de Westminster* de memória. Ele não tinha memorizado somente o Breve Catecismo, mas toda a Confissão, e tinha um excelente entendimento dela. Seu problema era que, tendo crescido na América mais simples e mais cristã, ele tinha dificuldade em reconhecer o pecado original no clero. Ele cria que o clero errante não era mal, mas equivocado.

Hoje, presbíteros e leigos informados assim são mais raros. Os eruditos bíblicos frequentemente mostram desprezo por crentes confiantes. As palavras “fundamentalistas” e “calvinistas” são usadas por eles para mostrar desrespeito por aqueles que tomam a Bíblia acriticamente. Kline não está isento disso.

Tais eruditos têm, na verdade, transformado a Bíblia num livro fechado aos crentes que são guiados por ela, e não por eruditos. Tal arrogância é a negação do significado e intento da Bíblia.

Não é o caso, então, que Kline está manifestando o seu desprezo por Deus, podendo editar, corrigir e interpretá-lo? Onde está a Palavra de Deus em tais visões? Muito está em jogo nas visões comprometedoras da Bíblia que estão crescentemente em evidência entre professores de seminários

evangélicos e Reformados. Podem tais visões ser toleradas sem blasfêmia, ou ficar sem julgamento?

Voltando novamente para o estudo de Kline, “Space and Time in the Genesis Cosmogony”, descobrimos que ele, na nota 3, diz: “Diferenças teológicas à parte, a cosmologia da mitologia é análoga. De fato, a mitologia pode ser definida exatamente de maneira formal como uma descrição dos assuntos humanos segundo a inter-relação dinâmica dos assuntos humanos com os divinos”. Claramente, como muitos dos barthianos e escolas correlatas, ele dá mais peso à mitologia que à história bíblica. Sem dúvida, a visão mitológica dá liberdade à visão do erudito sobre Gênesis 1, enquanto a visão literal não lhe concede tal oportunidade. Kline, na nota 47, diz: “Neste artigo, tenho defendido uma interpretação da cosmogonia bíblica segundo a qual a Escritura está aberta à visão científica atual de um universo muito antigo e, nesse respeito, não discorda da teoria da origem evolucionária do homem. Mas embora eu considere a insistência disseminada sobre uma terra jovem como um serviço deplorável à causa da fé bíblica, ao mesmo tempo estimo o comprometimento com a causa do ensino da Escritura como envolvendo a aceitação de Adão como indivíduo histórico, cabeça pactual e fonte ancestral do restante da humanidade, e o reconhecimento de que foi o mesmíssimo ato divino que o constituiu como primeiro homem, Adão o filho de Deus (Lucas 3.38), o qual também lhe concedeu vida (Gn 2.7)”. O que aconteceu? A evolução é verdadeira, de acordo com Kline, e Adão é histórico. Deus pegou em algum momento um primata e o chamou de Adão? Tais concessões sempre terminam em absurdos. A visão de Kline sobre Gênesis é claramente falha e perigosa para a igreja.

Capítulo 7: A visão de Van Til

Ao longo dos séculos, os grandes teólogos cristãos têm insistido que a Palavra de Deus demanda um Deus soberano, onipotente e trino e, ao mesmo tempo, tal Deus requer a doutrina da inerrância. As duas doutrinas andam de mão dadas; uma exige a outra.

Isso é visto com muita clareza nos vários escritos de Cornelius Van Til. O que é especialmente verdadeiro acerca da sua longa "Introdução" de 65 páginas ao livro *The Inspiration and Authority of the Bible* (Philadelphia, PA, 1948), de B. B. Warfield.

Van Til começou insistindo sobre a inseparabilidade de fatos e interpretação. Toda factualidade, como conhecemos, é factualidade interpretada. Os resultados podem ser verdadeiros ou falsos, mas fatos e interpretação são inseparáveis. Dessa forma, os fatos que conhecemos são sempre fatos interpretados. Ora, essa relação entre fatos e teoria pode nos levar a conclusões variadas, e alguns pensam que não vemos os fatos em e por si sós, mas à luz das nossas categorias pessoais de pensamento como premissas de um novo tipo de modernismo. Isso tem fortalecido o fenomenalismo que começou essencialmente com Immanuel Kant. Toda escola de pensamento confrontada com esse caráter de fatos e ideias vai por água abaixo, a menos que comecemos com o Deus auto-contido da Escritura. O Deus da Escritura, cujo decreto e plano soberanos abrangem todas as coisas, é o lugar e o contexto em que fatos e interpretações acontecem. Acima de todos os fatos e interpretações está Deus e seu decreto e propósito soberanos. Começar com outra coisa é começar, por exemplo, com a razão, e reduzir Deus a um *status* finito. Todos esses sistemas e teologias alternativas, sejam de Aquino ou Butler, têm reduzido Deus a um deus finito ou a um ídolo. Tais sistemas também nos dão um homem que é o seu próprio deus, sendo ele mesmo o descobridor e criador da verdade. Da perspectiva bíblica, tal homem é pecador e violador do pacto.

Portanto, essa é uma questão sobre quem é o intérprete verdadeiro: Deus, mediante a sua Palavra; ou o homem, mediante as suas palavras?:

> Se Deus é realmente auto-contido, se criou de fato este mundo ao acaso, e verdadeiramente o controla pela sua providência, então a revelação de si mesmo e sobre este mundo deve ser aquela de *fato interpretado* plenamente. Todos os fatos de toda a realidade

criada são, então, interpretados por Deus.[11]

Isso é verdade da natureza, não menos do que na Bíblia e sua história. O homem, como pecador, quer suprimir a verdade sobre Deus e sua revelação. Somos criaturas limitadas e caídas, incapazes de conhecer a plenitude de Deus e da obra das suas mãos, de forma que "somente Deus pode revelar Deus".[12]

Uma vez que o Deus da Escritura é aquele que faz todas as coisas segundo a sua vontade e decreto soberanos, só é ele quem controla todas as coisas. A vontade da criatura é, na melhor das hipóteses, um poder secundário e criado. Ela não pode desejar nem decretar o presente, nem o futuro, à parte da ordenação e do decreto de Deus. A vontade de Deus, não a do homem, é o ponto de referência final. O fato de um Deus soberano, que é Criador e Senhor sobre tudo, torna o conhecimento possível porque isso abole o acaso e assegura a determinação absoluta de todas as coisas.

Para João Calvino, assim como para Van Til, o conhecimento é possível porque o acaso foi abolido da criação. Temos uma Palavra infalível que fala com clareza e conhecimento não apenas sobre salvação, mas também sobre a natureza da realidade. Todas as coisas são criadas por Deus e, portanto, todas as coisas são cognoscíveis. No universo de Deus, não existem cantos obscuros, incognoscíveis ou inexplorados para ele. Todas as coisas são obra de suas mãos. Se o acaso for admitido na criação, então o conhecimento se torna impossível. Conhecemos porque a criação de Deus pode ser conhecida.

Dessarte, a doutrina da infalibilidade da Bíblia é importante para *toda* a esfera de conhecimento porque declara que Deus o Criador é a nossa fonte de conhecimento. As coisas podem ser conhecidas porque são criadas por Deus; não são factualidade bruta, mas fatos criados por Deus. Sua existência e significado são, portanto, inseparáveis. Assumir um mundo de factualidade bruta ou sem significado é negar a possibilidade de conhecimento.

Uma ciência estritamente budista é impossível, porque para o budismo todas as coisas são ilusão e não têm sentido. O pensamento moderno, com seu anticristianismo, é essencialmente desonesto porque assume um cosmos semibudista ao mesmo tempo em que opera sobre as próprias pressuposições teístas cristãs que nega. O conhecimento é possível porque o universo é o que a Bíblia diz ser. Ele foi criado por Deus e é um *universo*, não um multiverso; é um reino comum com um significado estabelecido pelo Criador, o Deus

trino. É essa cosmovisão cristã que torna o conhecimento possível; torna possível o conhecimento autêntico e uma fé segura.

Nosso problema hoje é que pensadores declaradamente cristãos se recusam a desafiar o mundo da incredulidade desafiando a própria epistemologia, a própria teoria do conhecimento. Tendo recuado dessa questão e batalha básicas, tais homens continuam a retroceder. Eles renunciam a doutrina ortodoxa da Escritura, trocando-a por uma falsa, e continuam logicamente na sua decadência, porque abdicaram das doutrinas inter-relacionadas da infalibilidade e do Deus Criador trino, que é a única fonte de significado e verdade.

Mais está envolvido na doutrina da Escritura do que na importante doutrina do criacionismo de seis dias, na expiação, na encarnação, e noutras doutrinas. Está em jogo a fé cristã e muito mais. O conhecimento essencial sobre Deus e o mundo, sobre nós mesmos e a História, sobre todas as coisas. À parte desse ponto de partida, a renúncia do conhecimento se torna mais e mais extensiva.

Infalibilidade
e interpretação

Seção 2

por

P. Andrew Sandlin

Introdução

Os capítulos que seguem não são tanto uma pequena introdução à arte da interpretação bíblica (chamada “hermenêutica” nesses dias), mas antes uma discussão das condições sob as quais a interpretação é possível. O Rev. Steve Schlissel, notável pastor Reformado, uma vez declarou com sabedoria: “Não começamos fazendo a exegese da Bíblia, mas a exegese das nossas pressuposições”. A minha seção é sobre fazer exegese de pressuposições.

Muitas obras excelentes fornecem conselhos úteis sobre o procedimento de interpretação da Bíblia. Nada tenho que possa acrescentar adequadamente a essas obras. No entanto, até mesmo as melhores delas são usualmente maculadas por premissas iluministas. Elas não veem, por exemplo, a interpretação como uma atividade teológica, histórica e socialmente moldada. Isso é especialmente verdadeiro acerca das visões evangélicas de interpretação, que estão na verdade continuando a tradição liberal do século 19 nesse ponto. Elas são “objetivistas” ingênuas que pensam chegar até a Bíblia num vácuo e não compreendem que, num sentido muito real, extraímos da Bíblia o que trazemos para ela.

É justo que eu alerte meus leitores sobre as minhas pressuposições teológicas. Sou distintamente Reformado em minha teologia, embora valorize a contribuição de todos os outros setores do cristianismo ortodoxo. Tenho uma profunda consideração pela história da interpretação bíblica. Como o leitor em breve detectará, sustento que todas essas pressuposições guiam – *devem* guiar – a tarefa de interpretação.

Meu próprio ministério é fazer com que as pessoas examinem, identifiquem e reconheçam as próprias pressuposições, quase sempre ocultas. Somente depois disso, é que elas estarão numa posição para abordar positivamente as questões que os confrontam.

Sou grato a Susan Burns por seu trabalho de digitação e revisão, bem como a Walter Lindsay por sua revisão. Como sempre, sou grato a *Chalcedon* por me conceder o tempo para pesquisar e escrever.

Finalmente, é um privilégio colaborar com Rousas John Rushdoony nesta obra. À parte dos meus piedosos pais, ninguém teve influência mais profunda sobre o meu pensamento. Ele é verdadeiramente – e sempre será – meu mentor teológico.

Capítulo 1: O fundamento da interpretação bíblica

> *Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, [17] a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra.*
>
> *2 Timóteo 3.16, 17*

2 Timóteo 3.16 e 17 é o *locus classicus* (localização clássica) da doutrina da inspiração verbal da Bíblia.[13] Mas é mais que isso. A passagem é também o *locus classicus* da doutrina da *interpretação bíblica*. Isso não tem a intenção de ser uma frase de efeito. É uma âncora da nossa fé. São Paulo assegura a Timóteo que as Escrituras divinamente inspiradas, ensinadas a ele desde a sua infância e que ele agora possui completamente, suprem o homem de Deus em sua obra. Isto é, a Bíblia o habilita plenamente em sua obra ministerial. Para Paulo, são as Sagradas Escrituras (e ele estava se referindo especificamente ao Antigo Testamento) que dão ao homem de Deus os instrumentos necessários à sua tarefa de pregação, ensino, exortação, disciplina e na promoção geral da causa de Jesus Cristo na terra.

Uma vez que a Bíblia habilita plenamente o homem de Deus, é difícil, portanto, imaginar que a chave para entendê-la deva ser encontrada noutro lugar qualquer. Se esse fosse o caso, a Palavra de Deus não habilitaria *plenamente* o homem de Deus. Não existe chave nenhuma a ser encontrada noutro lugar para se desvendar o significado da Bíblia; a chave está dentro do texto da própria Bíblia. Isso é o mesmo que dizer que *a Bíblia é a fonte da sua interpretação*.[14] Propriamente entendido, isso significa que a Bíblia é *autointerpretada*.

Se a exortação de Paulo a Timóteo (e outros ensinos na Bíblia) não implicar essa proposição, então será difícil explicar como a Bíblia pode habilitar plenamente o homem de Deus em seu chamado. Se a chave para entender a Bíblia é algo ou alguém diferente da própria Bíblia, então as Sagradas Escrituras não são capazes de habilitar plenamente o homem de Deus. Na verdade outra pessoa, instituição, livro ou ensino qualquer é que deverá equipar o homem de Deus. Mas isso leva a um retrocesso infinito. Pois, que chave irá, então, nos ajudar a entender *esta* chave particular que nos

ajuda a entender a Bíblia? Se alguma coisa ou pessoa diferente da Bíblia for a chave para interpretar a Bíblia, qual é a chave para interpretar essa coisa ou pessoa que é a chave para interpretar a Bíblia? Por exemplo, se a tradição da Igreja, algum pastor ou papa for realmente a chave para a interpretação bíblica, qual é a chave para a interpretação da tradição, do pastor ou do papa? Descobrimos que, uma vez deslocado o *locus* da interpretação bíblica da própria Bíblia para outra coisa ou pessoa, caímos num abismo interpretativo sem fim. Sustentar que a Bíblia é a fonte da sua própria interpretação não resolve todos os problemas teológicos, mas pelo menos limita-os ao nosso entendimento de um único livro.

Revelação e interpretação

A Palavra inspirada e infalível do Deus vivo vem até nós em forma exclusivamente oracular. Ela nos confronta com palavras, sentenças e livros – resumindo, uma revelação escrita e proposicional da voz do Deus trino.[15] Esse é o porquê de a interpretação bíblica ser tão importante; se interpretarmos incorretamente as Escrituras, entendemos incorretamente a revelação de Deus para nós. Quando compreendemos esse ponto crucial, entendemos que a *revelação e a interpretação estão inextricavelmente amarradas uma a outra*. Pois se interpretamos incorretamente a Bíblia, não é mais a revelação que nos confronta, mas antes nosso entendimento distorcido da revelação que, apesar de tudo, consideramos como revelação. Em outras palavras, assumimos que defendemos uma revelação divinamente autoritativa quando o que estamos realmente defendendo é a distorção – algumas vezes, perigosa – dessa revelação.

Ora, observe-se que acabei de dizer que interpretamos a Bíblia. Mas eu disse há pouco que a Bíblia é autointerpretada. Há uma contradição aqui? Não, pois estou usando a palavra *interpretar* em dois sentidos diferentes. Quando digo que a Bíblia é autointerpretada, quero dizer que não se requer nenhuma chave *externa* para interpretá-la. Mas quando digo que *nós* devemos interpretar a Bíblia, quero dizer simplesmente que devemos necessariamente entender o que suas palavras e mensagem significam. De fato, não existe tal coisa como revelação não interpretada. Todas as vezes em que lemos a Bíblia em casa, sempre que ouvimos a pregação dela na igreja, sempre que a vemos ou a ouvimos ser citada numa conversa ou texto, necessariamente a interpretamos.[16] Dizer que a questão da interpretação bíblica não é importante é dizer que não é importante entender o que Deus quis dizer pelo

que escreveu na Bíblia. Portanto, qualquer um que não considere a questão da interpretação bíblica seriamente, não considera a Palavra de Deus seriamente. O fato de a Bíblia ser a única fonte da sua interpretação, portanto, é simplesmente tão importante quanto o fato de ela ser a única fonte da revelação de Deus. Se a interpretamos incorretamente, ela não é mais a revelação, mas a diluição, deformação ou perversão da revelação.

Interpretação eclesiástica

Nem sempre se reconhece que a Bíblia é a fonte exclusiva da sua própria interpretação. No Ocidente medieval, por exemplo, a Igreja Católica Romana inventou a visão de que a "tradição", e, mais especificamente, a Igreja institucional como a guardiã dessa tradição, é o supremo intérprete da Sagrada Escritura.[17] Essa noção desfrutou de certa aceitação na Igreja patrística (por volta de 100-500 d.C.) e quase sempre reconhecia o testemunho apostólico escrito e não escrito como divinamente autoritativo.[18] No entanto, dever-se-ia mencionar prontamente que os pais patrísticos não estavam interessados num entendimento tradicional ou eclesiástico da Bíblia *equivalente ao, mas à parte do,* Antigo e Novo Testamento. Na era neotestamentária e patrística, o Antigo Testamento era considerado como a autoridade escrita exclusiva de Deus, ao qual se adicionaram, sem dúvida, os ensinos de Cristo e seus apóstolos que mais tarde compuseram o cânon do Novo Testamento, sendo colocados em pé de igualdade com a autoridade infalível do Antigo Testamento.[19] Nunca ocorreu aos apóstolos e mestres do Novo Testamento, nem aos pais patrísticos, postular a autoridade da Igreja como uma chave à parte para a interpretação bíblica. De fato, eles consideravam a interpretação bíblica como tarefa da Igreja, mas essa interpretação era simplesmente o que Cristo e os apóstolos tinham ensinado e passado às próximas gerações.[20]

Mas, tanto no Oriente como no Ocidente, a fonte da interpretação bíblica foi sendo transferida cada vez mais dos apóstolos e Cristo para a própria Igreja institucional, como expresso na sua hierarquia. A lógica para essa transferência é possível somente supondo-se que a Igreja institucional é detentora da sucessão da autoridade apostólica. Isto é, a Igreja preserva a autoridade apostólica na sua própria tradição. Afinal, se Cristo e os seus apóstolos são a fonte exclusiva da interpretação bíblica, a Igreja deve ser a depositária da estatura apostólica, se ela tiver de assumir legitimamente o papel de intérprete da Bíblia. Isso é precisamente o que a igreja romana fez.

[21] Com efeito, essa igreja tem sustentado que perpetua a era apostólica até onde disser respeito à questão da autoridade.

Mas devemos dar mais um passo adiante. Os apóstolos foram encarregados não somente de interpretar a Palavra; alguns deles foram divinamente encarregados de falar essa palavra sob inspiração direta e divina. Portanto, era natural que a igreja de Roma acabasse pondo os seus próprios pronunciamentos em pé de igualdade com a Escritura canônica. O Concílio de Trento, reunido para se opor aos sucessos daqueles desagradáveis protestantes de Bíblias imensas, estabeleceu a tradição não escrita *e* o cânon bíblico como autoridades equivalentes.[22] Mais tarde, após descobrir que não era suficiente fixar a tradição eclesiástica em pé de igualdade com a Escritura – visto que era necessário, no fim das contas, especificar exatamente como essa tradição foi infalivelmente comunicada – a Igreja decretou a infalibilidade do Papa, quando ele se pronuncia no seu ofício papal, i.e., *ex cathedra* (1869-1870). O retrocesso é facilmente discernível: o que havia começado como a tentativa de se fornecer uma chave eclesiástica para a interpretação bíblica à parte da Bíblia, degenerou na suposição que Jesus Cristo e seu "vigário" na terra têm autoridades *equivalentes*. *A negação da Bíblia como a fonte exclusiva de sua interpretação leva, no final, à negação da Bíblia como a fonte exclusiva da revelação divina*.

Interpretação individualista

Outro requerente que compete como a fonte da interpretação bíblica é o homem como indivíduo – sua razão, experiência ou intuição. Essa visão é menos sofisticada, embora talvez mais perigosa, que aquela da Igreja Católica Romana. Tal é a classe dos cristãos existencialistas modernos (tanto protestantes como católicos romanos) que têm no *homem, como indivíduo*, a fonte da interpretação bíblica. Isso é visto mais notavelmente entre muitos carismáticos modernos.[23] Deveríamos distinguir, por um lado, entre as alegações daqueles que afirmam receber novas revelações proféticas em pé de igualdade com a Bíblia; e por outro lado, as alegações daqueles que dizem receber iluminação individualista sobre a interpretação da Bíblia. Podemos ver o primeiro como obviamente errôneo,[24] mas o segundo não está menos equivocado. Isso se vê em declarações como: "Querido, o que o Espírito Santo disse para *você* nesse versículo da Bíblia?". O significado da Escritura, dessa maneira, identifica-se com aquilo que alguém considera ser a revelação do Espírito ao indivíduo. Não se engane: Deus de fato desvenda aos nossos

olhos o significado da Escritura (Sl 119.18), mas aquilo que o Espírito ilumina é a revelação objetiva e verificável. Em termos simples, as declarações da Bíblia não têm um significado para um homem, igreja ou organização, e outro significado para outro homem, igreja ou organização. Na interpretação da Bíblia, não há variação no significado da Escritura, mas apenas na mente do homem (pecador). Esse é o porquê de existir interpretações diferentes e conflitantes. Não é porque Deus, na Bíblia, diz coisas diferentes a pessoas diferentes.

Para os cristãos que não compreendem esse ponto, a Bíblia não é mais a fonte de interpretação da Bíblia; antes, a mente do homem (falsamente igualada com a direção do Espírito Santo) é considerada como a fonte de interpretação da Palavra de Deus. Isso não é materialmente diferente da noção católica romana da tradição como a fonte da interpretação da Bíblia.

Alguns cristãos, apesar de reconhecerem apropriadamente os erros mencionados acima, abraçam assim mesmo outra forma de interpretação individualista. Eles excluem completamente outros crentes, quer do passado ou contemporâneos, ao realizarem a interpretação; estão corretos em resistir à interpretação sectarista e eclesiástica da Escritura; estão corretos em argumentar que Deus deu a todo cristão a solene obrigação e privilégio da interpretação escriturística; mas estão errados em sugerir que Deus deu essa obrigação e privilégio a todo crente *à parte de* todos os outros crentes. Deus abre o significado da Bíblia a outros cristãos além de nós! Dizer que confiamos no Espírito Santo somente para nos ajudar a entender a Bíblia, mas não questionando como o Espírito conduz (ou conduziu) outros cristãos reverentes a interpretá-la, é uma arrogância da maior magnitude. Pinnock observa:

> É muito audacioso saltar do primeiro para o vigésimo século, sem sequer espiar as formas como a Escritura tem sido entendida até aqui. De fato, em tal caso há o perigo real de que o intérprete coloque a Bíblia sob o seu próprio controle. *Toda negação explícita da tradição envolve um comprometimento oculto com algum tipo particular de tradição.* Não podemos nos apartar totalmente do espírito da era e do tempo, mas precisamos analisar criteriosamente os dois milênios de estudo bíblico.[25]

Essa abordagem evita as armadilhas dos dois lados do caminho interpretativo correto.[26] Primeiro, ela se opõe à autoridade *equivalente* da

Bíblia e da tradição da Igreja, como acontece na ortodoxia Oriental[27] e em Roma. Isso confunde a Palavra de Deus com a palavra do homem. Segundo, a abordagem correta combate o individualismo que nega a direção do Espírito Santo na vida de outros cristãos e na igreja católica (universal) histórica: visão que domina grande parte do cristianismo evangélico moderno.[28] Devemos insistir que nenhuma igreja, nem a sua hierarquia, pode arrogar para si o direito exclusivo de interpretar a Bíblia, mas devemos insistir igualmente que nenhum indivíduo cristão pode fazer isso. Precisamos da contribuição dos nossos irmãos ao interpretarmos a Bíblia.

O papel válido dos mestres

Afirmar que a Bíblia é a fonte exclusiva da interpretação da própria Bíblia, de fato, exige o papel de pastores, mestres, recursos bíblicos e interpretativos, e assim por diante. Abandoná-los seria um erro sério. Por quê? Porque eles servem de *ajuda* na tarefa interpretativa. Aqui está a chave: pastores, eruditos e mestres biblicamente reverentes, e seus escritos não são a fonte de interpretação; eles nos ajudam a entender melhor a Bíblia como a fonte de interpretação da própria Bíblia. Afirmar que a Bíblia é a fonte exclusiva da interpretação dela mesma não é dizer que a Bíblia não requer nenhuma interpretação humana. Se a Bíblia fosse autointerpretada *no sentido que* os homens precisam apenas lê-la e compreender imediatamente o seu significado, não precisaríamos estudá-la nem explorar as suas vastas riquezas revelacionais. Seu significado seria em todos os casos autoevidente, e não haveria nenhuma disputa sobre ele. Mas, como todos sabem, esse simplesmente não é o caso. Como se observou anteriormente, ao se ler ou se ouvir a leitura da Bíblia, interpreta-se a Bíblia. *Interpretação é um conceito inescapável*. Os evangélicos e os outros que afirmam: “eu nunca leio nenhum livro ou comentário, visto que são escritos por homens; eu leio apenas a Bíblia”, não são meramente tolos; são arrogantes. Eles estão totalmente corretos em reconhecer que a Bíblia é a fonte da interpretação dela mesma, mas estão absolutamente errados em assumir que nunca precisam de assistência humana para compreender a interpretação da Bíblia. Repito: o papel dessa ajuda humana não é o de interpretar a Bíblia para nós, mas o de nos ajudar a entender como a Bíblia deve ser interpretada. Há uma diferença importante aqui. Ao contrário da visão católica romana e ortodoxa oriental, a Igreja e seus pastores e mestres não são fontes de interpretação; biblicamente, eles são meramente fontes de informação sobre a interpretação. Em termos

simples, se entender o significado da mensagem da Bíblia é crucial, podemos usar toda ajuda que pudermos para entendê-la.

Em resumo, a Bíblia não é apenas a revelação verbalmente inspirada e infalível de Deus; é também a fonte de sua interpretação. Nem a tradição eclesiástica nem o subjetivismo individualista são a fonte da interpretação bíblica. Todavia, Deus fornece graciosamente pastores, mestres, eruditos e seus escritos para nos ajudarem a alcançar maior conhecimento da Bíblia, de forma que possamos interpretá-la corretamente.

Capítulo 2: Infalibilidade bíblica e interpretação bíblica

Quando dizemos que a Bíblia é a Palavra de Deus infalível, não estamos fazendo uma declaração meramente sobre autoridade bíblica *formal*. Estamos igualmente fazendo uma declaração sobre a autoridade bíblica *material*.[29] Não estamos, em outras palavras, oferecendo meramente uma descrição do nível de precisão da Bíblia, que é o que a autoridade bíblica *formal* faz. Ademais, estamos fazendo uma declaração sobre a *natureza* do Deus que inspirou a Bíblia, o tipo de livro que é a Bíblia, e o que a Bíblia realmente ensina; isso é autoridade bíblica *material*. Devemos ser cuidadosos em reconhecer que a doutrina da infalibilidade não procede de uma leitura indutiva de certos textos isolados.[30] Se assim fosse, teríamos que responder antes de tudo por que razão deveríamos aceitar esses textos como divinamente inspirados. Esse é o erro supremo da apologética evidencialista para a Bíblia. Um exemplo excelente é o falecido John Gerstner, um notável teólogo Reformado, que desejou inicialmente estabelecer a confiabilidade histórica geral dos evangelhos, e somente *subsequentemente* consultar esses mestres da Escritura para ver o que eles tinham a dizer sobre a infalibilidade da Bíblia.[31] Isso é inverter a ordem das coisas. Fundamentalmente, a Bíblia não é infalível porque seus escritos assim o dizem; eles dizem isso, porque como a Palavra do Deus vivo, ela não pode ser outra coisa *senão* infalível. Afirmamos a infalibilidade da Palavra de Deus porque o Deus a quem servimos não pode expressar outra palavra além de uma Palavra infalível (Jo 17.17; Tito 1.2). Não é difícil detectar, portanto, como a doutrina da infalibilidade bíblica está associada inextricavelmente com a doutrina de Deus e a teologia da interpretação da Bíblia. O erro grave na abordagem de Gerstner é que ela não pode dar uma razão suficiente pela qual deveríamos aceitar a Bíblia como precisa historicamente em geral, se o Deus que ela postula e revela não é quem ela diz ser, ou se, pior ainda, se ele não existe. Precisamos do Deus a quem a Bíblia revela como a fonte absoluta da inspiração e infalibilidade bíblicas: não é bom falar de “confiabilidade histórica geral”, a menos que pressuponhamos o Deus cuja providência pode assegurar que esses registros inspirados são historicamente confiáveis.[32]

Subvertendo a infalibilidade, embora afirmando-a

Quando não entendemos ou eliminamos a verdade de que a infalibilidade bíblica é tanto uma declaração sobre a autoridade bíblica formal

como, sobre a autoridade bíblica material (como as definimos acima), cairemos provavelmente em sérios apuros e terminaremos subvertendo a autoridade da Bíblia. Tornamo-nos vulneráveis a certos métodos interpretativos que podem solapar a infalibilidade da Bíblia, ao mesmo tempo em que defendemos a infalibilidade bíblica. O exemplo mais notável na história recente é o sistema teológico conhecido como dispensacionalismo. [33] Quase todos os dispensacionalistas afirmam a infalibilidade bíblica, e estão muitas vezes na vanguarda da defesa desse ponto de vista. O fato de suas suposições teológicas desconsiderarem a relevância de grandes porções da Bíblia desmente a sua afirmação da infalibilidade bíblica. Que virtude há em dizer que a Bíblia não tem erros, se argumentamos igualmente que por volta de três quartos dela não tem autoridade obrigatória hoje, e que deixou de ter tal autoridade há quase dois mil anos? Tecnicamente um livro texto sobre geometria pode ser infalível, mas não é *essa* infalibilidade que os cristãos deveriam defender. A afirmação de infalibilidade é igualmente uma afirmação de *autoridade* bíblica. A teologia dispensacionalista cria um esquema interpretativo particular que invalida as suas reivindicações à infalibilidade bíblica.

O mesmo é verdade acerca de alguns que se acham ostensivamente no campo Reformado. Pode-se pensar imediatamente em eruditos como Meredith Kline, cujo assalto ao relato da criação literal em Gênesis 1 e 2 inclui a admissão explícita de que sua posição assegura ao cientista que não precisa se preocupar com as restrições bíblicas na sua investigação das origens do homem e do universo.[34] Dizer que essa ideia é compatível com a infalibilidade da Escritura é falar bobagem. A verdade de Gênesis 1 e 2 influencia diretamente um tópico que alguns cientistas modernos investigam – a origem do universo – e, portanto, certamente “restringe” os cientistas que desejam chegar à *verdade* sobre as origens. Se defendemos a infalibilidade bíblica, mas negamos o direito da Bíblia falar autoritativamente de certos assuntos sobre os quais ela fala claramente, negamos sua infalibilidade, não importa quais sejam as nossas afirmações.

Os dispensacionalistas anulam suas alegações em favor da infalibilidade bíblica ao cancelarem a autoridade de grande parte da revelação dela. Kline solapa quaisquer afirmações consistentes de infalibilidade bíblica ao aplicar padrões literários extrabíblicos à Bíblia, o que torna sua estrutura literária real sem sentido – para não mencionar que isso pode impedir a mensagem cristã de ser ancorada na história humana. Seja lá o que for, isso

não é *infalibilidade* bíblica.

Infalibilidade e autoridade

Significantemente, nossos antepassados Reformados não argumentaram em favor dessa ideia abstrata de infalibilidade. Para eles, a infalibilidade da Bíblia era um corolário da sua majestade – a Bíblia é infalível porque é a própria Palavra do Deus vivo que não pode falar de outra forma senão infalivelmente.[35] Por essa razão, eles não se entregaram de maneira geral à harmonização excessiva. Isto é, eles usualmente não se esforçavam para reconciliar declarações da Bíblia que superficialmente *pareciam* contraditórias. A grande reverência deles pela majestade de Deus persuadiu-os de que a Bíblia é verdadeira, mesmo quando *parece* se contradizer. Na visão de Van Til, se Deus é quem ele diz ser (o Soberano onipotente que controla todas as coisas), e nós quem ele diz sermos (criaturas finitas e totalmente contingentes, criadas à sua imagem), podemos esperar contradições aparentes, embora não reais, na Bíblia.[36] A inspiração e infalibilidade da Bíblia são mistérios não menores do que a Trindade e as duas naturezas de Cristo. Não entendemos precisamente como a Bíblia é infalível, nem como ela pode ser tanto Palavra de Deus como palavra de homem; e não é nossa tarefa *demonstrar* sua infalibilidade. A infalibilidade bíblica, como toda outra doutrina, é fundamentalmente uma questão de fé, não de demonstração.

Infalibilidade e exegese

Deus, que é em si mesmo a verdade (Jo 14.6, 9-10), nada fala senão a verdade. Uma vez que a Escritura, em grau exaustivo, é a sua Palavra, quando a lemos e interpretamos sabemos que estamos lendo e interpretando a mensagem infalível de Deus. Isso alivia a assim chamada tensão entre exegese bíblica e a Teologia Sistemática. Alega-se às vezes que a doutrina da infalibilidade imposta pela Teologia Sistemática (ou pelas confissões Reformadas) coloca os exegetas bíblicos numa camisa de força; pois não têm permissão para chegar a conclusões que conflitem com a aceitação da Bíblia como infalível.[37] É insensato negar essa acusação – e exegetas reverentes deveriam se gloriar nela. Se a Bíblia é verdadeira, então tudo o que ela ensina tem de ser verdadeiro. O *primeiro* chamado do homem ao abordar a Bíblia não é para realizar uma exegese “científica”, mas para se submeter à voz de Deus falada nas Escrituras. Noutras palavras, o próprio fato de termos as

Escrituras diante de nós é a prova de que elas são infalíveis, e qualquer outra conclusão de uma, assim chamada, exegese "objetiva" é categoricamente equivocada – e enganosa.

Se reconhecemos que toda e qualquer palavra de Deus é palavra infalível, então sabemos que a própria Bíblia é o padrão de infalibilidade pelo qual todas as outras noções de exatidão deveriam ser julgadas.[38] Trabalhando com essa suposição que honra a Deus, podemos estar certos de que toda conclusão exegética que capte o significado de um texto constitui-se em nada menos do que a Palavra infalível de Deus. O fato de se conformar ou não às noções depravadas e iluministas da "precisão científica" é insignificante e uma afronta a Deus.[39]

Foi nos séculos 18 e 19 que os homens passaram a olhar a sério para a Bíblia, como faziam com qualquer outro livro, e a tratá-la como faziam com qualquer outro livro.[40] Eles entendiam que a ortodoxia cristã histórica era uma afronta ao significado da Bíblia, e jogaram fora a ideia de uma Bíblia sobrenatural e verbalmente inspirada, por considerarem-na como um obstáculo para se chegar ao significado real e histórico do texto. *Eles estavam mais convencidos que poderiam recriar a história de dois a três milênios do que estavam que o texto diante deles era nada menos que a Palavra viva do Deus vivo.* Foi sob essas suposições incrédulas que o liberalismo protestante foi capaz de solapar a Fé no mundo ocidental. Se a Bíblia é, como cremos, a própria Palavra de Deus inspirada, ela não pode ser tratada como qualquer outro livro.[41] As Escrituras chegaram até nós em linguagem humana, mas essa linguagem foi de fato criada por Deus para satisfazer seus propósitos revelacionais. As Escrituras chegaram até nós por meio dos escritos de meros homens, mas esses meros homens foram criados por Deus para servirem como veículos da sua revelação.[42] As Escrituras foram transmitidas a nós na história humana, mas Deus predestinou essa história (e principalmente a sua igreja na história) como a matriz dentro da qual a sua Palavra é preservada.[43] As Escrituras abordam todos os tipos de assuntos, celestiais, terrenos, históricos, éticos, científicos, artísticos, e assim por diante; e o Deus que inspirou essa Palavra moldou cada aspecto do universo do qual fala a sua Palavra. Portanto, nunca podemos falar de nenhum aspecto da Palavra de Deus como se ela dependesse do mundo, assim como *não* podemos falar de nenhum aspecto do universo como se não dependesse de Deus. Não devemos julgar os aspectos históricos, éticos, científicos e artísticos da revelação bíblica por nenhum padrão ou fenômeno extrabíblico; julgamos todos os

padrões ou fenômenos extrabíblicos pelas Escrituras. Por essa razão somos obrigados a nos unir a John William Burgon em afirmar o seguinte:

> … A BÍBLIA não é outra coisa senão *a voz daquele que está assentado no trono*! Cada livro dela, cada capítulo, cada versículo, cada palavra, cada sílaba — *onde* vamos *parar*? —, cada letra dela, é a expressão direta do Altíssimo! … A Bíblia não é outra coisa senão a Palavra de Deus: não uma parte dela mais, e outra menos; mas todas as partes igualmente são expressões daquele que está assentado no trono; absoluta, perfeita, inerrante, suprema![44]

Isso é o que queremos dizer quando afirmamos que a Bíblia é a Palavra de Deus infalível.

Capítulo 3: A teologia da interpretação bíblica

A inescapabilidade das pressuposições interpretativas

Todo intérprete traz para a sua tarefa certas pressuposições que moldam o resultado dessa tarefa. A ideia de uma exegese e interpretação destituída de pressuposições é uma farsa ingênua. Intérpretes liberais antigos, trabalhando sob suposições iluministas, concluíram que rejeitando as pressuposições sobrenaturais da tarefa exegética e interpretativa da igreja ao longo de sua história, eles chegariam ao significado real e histórico do texto.[45] Para esses intérpretes, as pressuposições ortodoxas da igreja sobre o texto obscureciam o significado real do texto. Suficientemente interessante, a rejeição da exegese e da interpretação tradicional e ortodoxa por parte dos liberais não os levou a nenhum consenso sobre o assim chamado significado histórico real do texto.[46] Antes, isso simplesmente demonstrou que esses intérpretes liberais tinham substituído a pressuposição interpretativa crente e ortodoxa por uma incrédula e liberal.

Não existe neutralidade na interpretação bíblica, assim como não existe neutralidade em nenhuma outra área da vida. Não deveríamos derivar desse fato o que os chamados pós-modernistas fazem: que a Bíblia (como qualquer outro livro) não tem nenhum significado objetivo, que seu "significado" está ancorado na mente dos intérpretes individuais, isto é, que ela não tem nenhum significado fixo.[47] Antes, as variações nas interpretações humanas decorrem da finitude e do pecado do homem, e não, de um significado bíblico relativo e mutável. Sem dúvida, você já ouviu alguns cristãos "conduzidos pelo Espírito" advertirem: "A Bíblia significa uma coisa para uma pessoa, e algo diferente para outra. Ela tem mensagens diferentes para pessoas diferentes". Isso é um absurdo relativista, produzido pelo desejo de autonomia do homem. É algo a que se deve resistir a todo custo.[48]

Pressuposições e ingenuidade da Reforma

Os exegetas e intérpretes da Reforma, apesar de abandonarem louvavelmente a noção romanista de que a tradição é uma fonte independente de interpretação,[49] raramente reconheciam o papel das pressuposições, mesmo as pressuposições teológicas, na tarefa interpretativa.[50] Eles ainda viviam num clima social cristão e teologicamente ortodoxo que a sociedade

medieval lhes transmitira[51] e dessa forma não lhes ocorreu que as diferenças de interpretação derivassem, em última instância, das diferenças das pressuposições teológicas, e não meramente de uma simples compreensão incorreta da Bíblia. Por essa razão, como Steve Schlissel uma vez observou, e como observamos anteriormente, hoje não devemos começar fazendo de cara a exegese da Bíblia, mas "exegetando" as nossas pressuposições. Pressuposições teológicas moldam conclusões exegéticas – inescapavelmente.

Todo cristão que se senta para ler a sua Bíblia, todo ministro que pega um texto em suas mãos, todo erudito bíblico que abre seus materiais de referência para iniciar um estudo léxico, importa para a sua tarefa certas suposições sobre a Bíblia, Deus, Jesus Cristo, e a mensagem cristã em geral. Essas suposições condicionam a forma como ele lê e interpreta a Bíblia e molda seu entendimento dela.

Às vezes tem-se por certo que a Teologia Sistemática é construída sobre os resultados da Teologia Bíblica que, por sua vez, é construída sobre os resultados da exegese.[52] A partir dessa sequência, pode-se concluir erroneamente que a Exegese não pressupõe uma Teologia Sistemática. Essa é uma ingenuidade que pode levar a consequências perigosas. O exegeta pode pensar que suas conclusões não são condicionadas nem moldadas por pressuposições que constituem, pelo menos na sua mente, uma teologia sistemática. Assim, ele pode assumir que não está fazendo nada mais do que chegar a um entendimento "objetivo" da Bíblia, ao qual a Teologia em si não dá nenhuma contribuição. Isso o cega para as próprias suposições subjacentes, em cima das quais a sua exegese opera. Os luteranos quase sempre são consistentes na detecção desse erro, pois embora creiam que as suas confissões reproduzam meramente o ensino da Bíblia, eles entendem que leem a Bíblia em conformidade com as suas confissões.[53] O fato que os luteranos reconhecem não é menos verdadeiro para os outros grupos de cristãos. Todo mundo lê a Bíblia pautado por alguma grade confessional. *A Teologia sempre precede o estudo da Bíblia.*

Credalismo, confessionalismo e pressuposições

Os intérpretes ortodoxos são muitas vezes acusados de fazer a exegese da Bíblia somente para reafirmar aquilo que a sua tradição confessional já presume, que, por exemplo, os calvinistas querem somente sustentar a

Confissão de Westminster; os luteranos, a Fórmula de Concórdia; os anglicanos, os Trinta e Nove Artigos; e assim por diante. Existe um elemento de verdade nessa acusação, e nós intérpretes devemos constantemente voltar à Bíblia a fim de avaliar todas as nossas crenças de acordo com ela. Mas a acusação em si pode ser enganosa, já que pode sugerir a possibilidade de se evitar algum tipo de estrutura confessional ou teológica. Isso simplesmente não é verdade. De fato, os credos e confissões do cristianismo, embora não infalíveis, são todavia sinais na estrada da exegese e interpretação.[54] Se os comentários conservadores padrões e as confissões Reformadas são como um semáforo amarelo, os credos ecumênicos dos primeiros séculos do cristianismo são como um semáforo vermelho. Deveríamos ser cuidadosos ao contrariar um consenso de comentaristas crentes na Bíblia (e isso é realmente o que as confissões Reformadas são), e devemos ser positivamente relutantes em criticar a ortodoxia ecumênica, formulada nos credos cristãos da igreja indivisa. Devemos lembrar constantemente que a ortodoxia ecumênica constitui o cerne do cristianismo: ela define os fundamentos da nossa religião. Se a igreja tem estado enganada nos últimos 1800 anos ou mais, somos deixados à medonha conclusão de que o cristianismo praticado nos últimos dois milênios tem sido equivocado em sua própria essência. Não negamos que a igreja tem cometido erros graves. Deus nunca prometeu preservar a sua igreja de todos erros, ou mesmo de erros em muitas questões; mas ele prometeu que seu Espírito conduziria os apóstolos a toda a verdade (Jo 16.13), e se a igreja desde os apóstolos tem estado equivocada sobre verdades tão fundamentais como a Trindade ou as duas naturezas de Cristo, por exemplo, podemos dizer sem medo de contradição que não tem havido nenhum cristianismo bíblico por quase dois milênios. Por essa razão, *a ortodoxia cristã é uma pressuposição fundamental da interpretação cristã*. Todos aqueles em quem o Espírito Santo tem realizado a sua obra profunda de regeneração agem inescapavelmente sob a pressuposição da verdade do cristianismo.

A ortodoxia da Reforma

Mas o que é verdade sobre a ortodoxia cristã é também grandemente verdade sobre a ortodoxia da Reforma.[55] Interpretamos a Bíblia segundo a ortodoxia que cremos que ela ensina. O fato de essa noção soar estranha e frustrante demonstra o pensamento confuso presente na igreja de hoje.

Quando um recém-convertido é batizado e une-se a uma de nossas igrejas, nós não lhe damos uma Bíblia e dizemos: “Leia essa Bíblia por conta própria e interprete-a da forma que desejar; qualquer pessoa que creia na Bíblia é bem-vinda aqui, não importa no que creia”. Não é assim que procedemos, mas o instruímos na Bíblia de acordo com uma ortodoxia particular, procedente de uma interpretação particular. As igrejas da Reforma reconhecem, explicitamente ou não, que a Bíblia é a fonte exclusiva da interpretação delas (veja o capítulo 1), e a tarefa delas é instilar em seus membros a interpretação que elas creem que a Bíblia supre por si mesma. Afirmar algo diferente é afirmar tolice em nome da religião. As igrejas Protestantes, de maneira consistente, não alegam que suas confissões, interpretações e entendimento da Bíblia sejam infalíveis; mas afirmam que os produtos dessas práticas estão mais próximos daquilo que a Bíblia realmente ensina, do que aqueles em outros setores da igreja. Obviamente, se não crêssemos nisso, não seríamos Protestantes. Cremos que, num todo, o Protestantismo confessional reproduz a verdade bíblica. Isso também é uma pressuposição sob cujos termos lemos a Bíblia.

Revisando pressuposições

Mas afirmar que interpretamos a Bíblia inescapavelmente com base em pressuposições não é o mesmo que dizer que essas pressuposições não podem mudar. É por isso que a noção de pressuposições interpretativas inescapáveis não é um ciclo vicioso.[56] Simplesmente porque assim como Deus pode ressuscitar um cadáver e soprar vida numa alma morta, assim também ele pode transformar nossas pressuposições. Isso, de fato, é precisamente o que ele faz (entre outras coisas) na regeneração. Ele reorienta as pressuposições do homem acerca da Bíblia. Portanto, na Queda o homem rebelou-se contra a Palavra de Deus; após a regeneração, ele se submete a ela. À medida que o homem regenerado aborda a Palavra de Deus continuamente, esse documento vivo (Hb 4.12) e divinamente inspirado e infalível remodela seu pensamento e vida, inclusive as suas pressuposições. O homem não está preso numa urdidura histórica, da qual não possa escapar. O homem é uma criatura tanto da história como da eternidade. Os gregos antigos estavam errados em negar a validade da história; eles ansiavam escapar do corpo na história porque, para eles, a história e o corpo e o mundo material incluíam características desagradáveis e inferiores do homem.[57] Do lado oposto estão os

materialistas, e especialmente os historicistas. Eles, assim como Martin Heidegger, argumentam que a essência do homem é a existência histórica, que o homem é um homem histórico e nada mais: a existência precede a essência.[58] Tanto a visão grega antiga como a visão historicista moderna são anticristãs em seu cerne. A História e a existência histórica não são existências inferiores das quais o homem deveria escapar, como na visão grega antiga, mas aspectos da boa criação de Deus sob o seu cuidado providencial. Por outro lado, a História não é tudo o que existe, e o homem não é apenas um ser histórico, como na visão historicista. O homem foi criado à imagem de Deus e deve existir, de alguma forma, para sempre. Ele é um ser especial tanto da História como da eternidade. Diferente de Deus, ele é uma criatura e não é eterno; mas Deus determinou na sua criação que o homem, uma vez criado, existiria para sempre. Portanto, tanto a História como a eternidade são importantes para o homem – pois são importantes para Deus, o seu Criador.

Divinamente condicionado

O que isso significa quando se trata de interpretar a Bíblia? Significa que embora o homem esteja condicionado pela História, ele, em última instância, está condicionado por Deus. O modo como ele aborda e interpreta a Bíblia é um aspecto do seu condicionamento. Para o regenerado, a santificação inclui um entendimento mais preciso do ensino bíblico, sendo um aspecto daquilo que a Bíblia chama de "crescendo na graça" (2Pe 3.18). Paulo repreende os coríntios porque a idade cronológica deles era superior à idade teológica (1Co 3.1-3; veja também Hb 5.11-14). Em outras palavras, ele não poderia ensinar-lhes muita coisa da Fé, conforme desejava, pois os coríntios não tinham crescido na graça e no conhecimento. A santificação inclui o crescimento no entendimento bíblico. Isso é verdade não apenas para o indivíduo regenerado, mas para a igreja como um todo. Ela deve progredir no seu entendimento da Bíblia e da Fé – e isso ela tem feito.

O erro restauracionista

Esse fato aponta para o sério erro daqueles que, por exemplo, desejam ardentemente uma restauração da era patrística – aproximadamente os primeiros 500 anos da igreja.[59] Essas pessoas falam apaixonadamente sobre os pais da igreja e, guardadas as devidas proporções, têm razão ao fazê-

lo. Mas de outra perspectiva igualmente válida, esses escritores cristãos da Igreja Primitiva eram os *bebês* da igreja.[60] Eles viveram dentro dos primeiros séculos após o cânon inteiro ter sido completo, e não tiveram tempo para desenvolver uma teologia sistemática completa e abrangente.[61] Esse é o porquê de a teologia de Anselmo ser muito superior à de Orígenes; e o porquê de a de Calvino ser muito superior à de Anselmo. Mas o que é verdade acerca da relação entre a Reforma e a era patrística é igualmente verdade acerca da relação entre a era moderna e a era da Reforma. A apologética de Cornelius Van Til é um aprimoramento significativo da apologética de Calvino, assim com a visão de R. J. Rushdoony a respeito da lei sobrepuja a de Lutero. A maturidade, incluindo a maturidade na interpretação, ocorre ao longo do tempo. E esse é o porquê de o progresso interpretativo ser um aspecto do progresso cristão em geral. Podemos esperar que, com o tempo, a igreja como um todo chegue a um entendimento mais preciso da Bíblia. Deveríamos esperar que daqui a trezentos ou quinhentos anos, aqueles que nos sucederem e forem fiéis ao Senhor e à sua Palavra ultrapassem nosso conhecimento e realizações.[62]

Cada geração deve se voltar novamente para a Palavra de Deus para alcançar um entendimento ainda maior das verdades bíblicas. E isso não implica a mínima falta de respeito por seus predecessores; se a atitude dela for de iconoclastia para com seus predecessores reverentes, isso eliminará o próprio fundamento sobre o qual se espera o progresso. Estamos numa posição mais alta que a dos nossos predecessores, não porque nós mesmos sejamos mais altos, mas porque podemos subir em seus ombros. Um pigmeu que subir em meus ombros verá mais e enxergará mais distante do que eu, embora ele mesmo seja bem menor que eu. Nós navegamos com o barco da interpretação cristã unicamente dentro do rio da ortodoxia cristã, mas o barco não parou ainda; ele continua movendo-se para frente.[63]

A inevitabilidade do escolasticismo

Após um longo período de secura escolástica e medieval, a era da Reforma foi uma era de discernimentos exegéticos novos e excitantes. Todavia, talvez surpreendentemente, no século 17, os sucessores dos mesmos Reformadores que denunciaram o escolasticismo frio da era medieval desenvolveram formas de ortodoxia da Reforma tão escolásticas que em alguns aspectos se igualavam ao que a era medieval tinha produzido. Isso não

deveria nos chocar, e, até certo ponto, não há nada de errado nisso. Os dogmáticos Protestantes que consolidaram os ganhos da exegese da Reforma estavam apenas fazendo no século 17 o que os escolásticos medievais tinham feito com a ortodoxia patrística. É assim que o progresso interpretativo e teológico ocorre. Permanecemos sobre os ombros daqueles que vieram antes de nós. Cada avanço na interpretação bíblica cria um escolasticismo de algum tipo, que permanece grandemente intacto até que seja submetido a um novo e vigoroso reexame à luz da Escritura. Os produtos da interpretação bíblica devem ser colocados num arranjo sistemático, e isso demanda o escolasticismo. Nosso objetivo, portanto, nunca deveria ser destruir o escolasticismo como tal, pois isso é impossível, mas reivindicar um escolasticismo mais biblicamente fiel.

Resumindo: na tarefa interpretativa, dois fatores devem estar constantemente na nossa mente. Primeiro, devemos agir pautados por pressuposições teológicas, primariamente as da ortodoxia cristã. Nunca podemos escapar de pressuposições de qualquer tipo, e é preferível agir explicitamente fundamentados nas pressuposições da ortodoxia cristã do que tentar recriar uma “neo-ortodoxia” em cada geração, um curso de ação que tende a solapar a Fé. Segundo, devemos apelar constantemente à Bíblia, a Palavra santa e viva de Deus, que nos reorienta e que refina as nossas pressuposições e proporciona um entendimento cada vez maior da revelação escrita de Deus, dentro dos limites da ortodoxia cristã.

Capítulo 4: O pacto e a interpretação bíblica

Conforme observamos no capítulo anterior, se todo ato de interpretação pressupõe uma Teologia, seria sábio inquirir da validade dessa Teologia. Teologia e interpretação estão implícitas uma na outra. Um intérprete bíblico sincero aprende a sua Teologia a partir da Bíblia, e aborda a Bíblia com base numa Teologia particular. Interpretação e Teologia são, portanto, dois tecidos costurados um no outro numa mesma roupa.

Os cristãos Reformados interpretam a Bíblia pactualmente.[64] Por essa razão somos chamados teólogos do pacto. Entenda: não somos chamados de teólogos do pacto somente porque derivamos uma teologia do pacto a partir da Bíblia, mas também porque abordamos a Bíblia com o pacto em vista. A Confissão de Fé de Westminster observa corretamente que Deus quis lidar com o homem pactualmente.[65] Se isso é verdade, então não podemos entender a Bíblia como deveríamos, a menos que a abordemos pactualmente.

O pacto definido

O que é um pacto? É um acordo solene, *juridicamente* obrigatório, entre duas partes iguais ou desiguais, unindo-os num relacionamento particular. Os pactos são frequentemente firmados por votos, até mesmo votos de sangue. Eles obrigam solenemente as partes a certos compromissos, em termos e condições que continuam vigentes nas gerações seguintes.[66] Os pactos entre Deus e o homem são sempre, certamente, entre desiguais. Deus é o Criador, e o homem, uma criatura. Por isso, todo pacto divino-humano é iniciado por Deus e é um pacto gracioso. Mesmo a dimensão jurídica do pacto está ancorada na graça de Deus, pois Deus não está obrigado por nada a fazer um pacto com o homem ou qualquer outra criatura. Ele espontaneamente condescendeu em pactuar com o homem – ou com certos homens.

Os principais pactos na Escritura são os pactos eletivo e redentor – o pacto adâmico (Gn 3.14-19), noaico (Gn 6.17-22; 9.1-17), abraâmico (Gn 17.1-14), mosaico (Gn 19), davídico (2Sm 7.4-17) e o novo pacto (Jr 31.31-34). Esses grandes pactos da Bíblia são na verdade manifestações históricas separadas de um único pacto de Deus com o seu povo escolhido. Alguns referem-se a isso como o pacto de graça. Essa expressão é talvez supérflua, visto que todos os pactos de Deus com o homem são pactos graciosos.

A teologia do pacto e interpretação bíblica

A importância da Teologia do Pacto para a interpretação bíblica é que ela constitui a Teologia com base em que devemos interpretar a Bíblia. Não queremos dizer com isso que o pacto é o que Rushdoony chama de "princípio mestre", um tema particular pelo qual podemos entender tudo na Bíblia.[67] Antes, é um ensino bíblico abrangente que dá significado ao registro bíblico.

Em primeiro lugar, a própria Bíblia é um documento pactual. Falamos do Antigo e Novo Testamentos, ou pactos. Embora essas designações sejam com frequência usadas incorretamente, é totalmente verdade que a Bíblia nos fornece um registro das relações pactuais de Deus com o homem – com seu povo especialmente escolhido, e com o restante do mundo. Ela é o registro das relações pactuais de Deus. Mesmo aqueles que não são membros do pacto da graça, unidos a Cristo pela fé, são membros do pacto com o primeiro (e pecador) Adão. Ninguém está fora da esfera de um relacionamento pactual com Deus. Todos os que estão em Cristo, o Segundo Adão, permanecem relacionados a Deus como eleitos, redimidos e obedientes. Todos os que estão fora de Cristo permanecem relacionados a Deus como não eleitos, não regenerados e desobedientes (Rm 5.12-21).

A unidade do plano de Deus

A verdade Reformada fundamental da interpretação bíblica é a unidade do plano de redenção de Deus e do relacionamento de Deus com o homem. Deus não mantém nem trabalha com dois planos para eleitos e redentores distintos, para dois povos distintos, com duas leis distintas e dois destinos distintos. A nossa abordagem interpretativa conflita diretamente com os dispensacionalistas, a maioria dos evangélicos, muitos luteranos, além de outros. Fundamentalmente, a questão não está no fato de eles interpretarem a Bíblia de modo diferente; a questão é que a teologia deles modela a abordagem bíblica de tal forma que torna a interpretação dela, por parte deles, incorreta. O erro interpretativo revela-se mais vividamente na suposição de que o Antigo Testamento hebraico representa uma religião, lei e povo relativamente inferiores. A abordagem Reformada rejeita consistentemente cada ponto dessa noção. O erro teológico que leva a esse erro interpretativo é reforçado pela descrição dos livros hebraicos como o "Antigo Testamento". Sem dúvida, a Bíblia não se refere em nenhum lugar a esses livros como o

Antigo Testamento, assim como não se refere aos livros gregos como o "Novo Testamento". Foi aparentemente Melito, Bispo de Sardis, quem primeiro denominou esses livros de Antigo Testamento para contrastá-los com os escritos apostólicos gregos, que vieram mais tarde a ser chamados de Novo Testamento.[68] Baseado na citação de Jeremias 33.31-34 em Hebreus 8 e 10, Orígenes denominou os últimos vinte e sete livros da Bíblia de Novo Testamento.[69] Nesse uso, "testamento" é sinônimo de "pacto", em conformidade com o uso da Bíblia. Em outras palavras, bem cedo, a igreja convencionou a designação do aspecto hebraico da Bíblia como o antigo pacto e os livros gregos como o novo pacto.

O Antigo Testamento não é o Antigo Pacto

Essa designação, procedente de uma pressuposição teológica particular, levou a igreja a inúmeros erros interpretativos. O fato é que as Escrituras hebraicas pertencem tanto ao novo pacto como ao antigo pacto, e as Escrituras gregas pertencem tanto ao antigo pacto como ao novo pacto. Como Rayburn observou, o antigo e novo pacto não são distinções históricas, e certamente não são distinções interpretativas, mas sim subjetivas.[70] O antigo pacto é a esfera da incredulidade, justiça pelas obras e desobediência, em qualquer era; assim como o novo pacto é a esfera da fé, justificação graciosa e obediência, em qualquer era. O antigo e o novo pacto são análogos ao antigo e ao novo homem, conforme costumava escrever Paulo (Rm 6.6; Cl 3.9-10; Ef 4.22-30). Noé, Enoque, Abraão, Isaque, Davi, e assim por diante, eram crentes do novo pacto vivendo na era do Antigo Testamento (Hb 11). Os destinatários da Epístola aos Hebreus estavam em perigo de se tornar (ou de já ter se tornado) indivíduos do antigo pacto vivendo na era do Novo Testamento.[71] O antigo e o novo pacto não são distinções históricas ou canônicas, mas distinções subjetivas que descrevem indivíduos e grupos de indivíduos segundo a posição pactual deles diante de Deus.

O mesmo é verdade em Gálatas. Ali o problema é grandemente com aqueles que querem usar a observância da lei como o instrumento da sua justificação (5.4). Certos falsos mestres estavam usando a lei incorretamente. Paulo usa o relato do Antigo Testamento sobre os filhos de Abraão, Isaque e Ismael, como uma "alegoria' para "os dois pactos" (4.24).[72] O primeiro está relacionado ao Monte Sinai, que leva à escravidão; o segundo pacto, o pacto de Isaque, relaciona-se à "Jerusalém" que é de cima, livre, e que é a

mãe de todos nós [cristãos]" (v. 26). Isso, sem dúvida, refere-se ao que é chamado em outro lugar de antigo pacto e novo pacto; mas, com certeza, não se refere ao Novo Testamento e Antigo Testamento. Afinal, os dois pactos, assim com os dois irmãos, estão presentes no Antigo Testamento! Quer dizer, tanto o antigo como o novo pacto começam no Antigo Testamento. Paulo nos diz que Isaque nasceu de novo (v. 29). Ele nos informa que a própria lei ensina que existem dois pactos (v. 21). Um pacto leva à escravidão (veja também 3.23-24; 4.3, 9); o outro, o novo pacto, leva à promessa e à liberdade (v. 4.22-23, 26, 28, 30-31). O novo pacto é simplesmente a religião piedosa do Antigo Testamento!

A religião do Novo Pacto do Antigo Testamento

O erro na designação canônica reforça a ideia equivocada que a religião, a lei e o povo a que pertencem as Escrituras hebraicas são de alguma forma inferiores àquelas a que pertencem as Escrituras gregas. O fato é, contudo, que a religião verdadeira e fiel praticada no Antigo Testamento não é, em substância, diferente da religião verdadeira e fiel praticada desde o ministério redentor do Cristo encarnado. Esse é um dos principais temas do livro de Hebreus.

Similarmente, a lei dada ao povo de Deus nas Escrituras hebraicas não é jamais inferior à lei delineada nas Escrituras gregas. Jesus Cristo, mesmo no Sermão do Monte (Mt 5.17-19), argumenta com grande força a favor da autoridade da lei do Antigo Testamento.[73] Da mesma forma, o povo de Deus nas Escrituras do Antigo Testamento, os crentes judeus e gentios que colocaram a fé no Cristo que viria, não são qualitativamente inferiores em nada àqueles judeus e gentios que colocaram a fé no Cristo após a sua grande obra histórico-redentora. É verdade que Deus lidou primariamente com os judeus como o seu povo pactual no período histórico abrangido pelas Escrituras hebraicas, mas, como resultado da morte de Cristo, o pacto está agora aberto a gentios como gentios: ou seja, os gentios não mais precisam se tornar judeus para entrar no pacto (Ef 2.11-22). Contudo, é um erro frequente, mas sério, supor que as Escrituras gregas retratam uma nova forma de religião, na qual os judeus foram para sempre postos de lado (isso é claramente contrário ao ensino de S. Paulo em Romanos 11[74]), ou que o pacto dos hebreus é primariamente sobre ser judeu racialmente. Muito pelo contrário, como Paulo ensina em Gálatas 3.6-8 e em outros lugares, a própria

essência do evangelho era que os gentios haveriam de ser uma parte do povo pactual de Deus.[75]

A religião do antigo pacto e a religião do novo pacto percorrem toda a Bíblia, lado a lado – e toda a história humana. Hoje a raça humana inteira está dividida em membros do antigo e novo pacto (Gl 3.22-4.31). Aqueles que igualam a ordem do antigo pacto quase que exclusivamente ao Israel do Antigo Testamento estão simplesmente equivocados. Tanto o novo pacto como o antigo pacto começaram no Jardim do Éden. Abel foi a primeira figura importante na história do novo pacto (Hb 11.4). A religião do antigo pacto certamente existia no meio do Israel do Antigo Testamento, assim como também a religião do novo pacto.

Alguns, além disso, defendem a visão equivocada de que a ordem do antigo pacto deixou de vigorar na destruição de Jerusalém em 70 d.C. A ordem do antigo pacto não será colocada de lado definitiva e finalmente até que venha o juízo final. Mas uma parcela dessa ordem do antigo pacto é posta de lado todas as vezes em que alguém é salvo – o qual é transladado da ordem do antigo pacto para a ordem do novo pacto.

A interpretação do Novo Pacto

Como essa perspectiva teológica relaciona-se com a interpretação bíblica? Ela significa, entre outras coisas, que as Escrituras hebraicas são Escritura cristã tanto quanto as Escrituras gregas. Ou seja, como Joe Braswell observou certa vez, a Bíblia inteira é um livro pactual. As Escrituras hebraicas não articulam mensagem diferente nem inferior à qual as Escrituras gregas permanecem em contraste. Em termos mais simples, tudo da Bíblia é a Palavra de Deus, apresentando uma mensagem unificada e simples.

Isso naturalmente leva à segunda implicação: as Escrituras hebraicas não são menos autoritativas que as Escrituras gregas. A menos que a própria Escritura nos ensine que certos aspectos da revelação não são mais aplicáveis, podemos presumir que tudo das Escrituras – hebraica e grega – é autoritativo na vida dos cristãos e do mundo moderno em geral.[76]

Muito cedo na igreja primitiva, muitos teólogos enfraqueceram a força da revelação hebraica alegorizando-a. Eles estavam convencidos de que somente assim poderiam preservar as Escrituras hebraicas como revelação e testemunho de Cristo.[77] Estavam absolutamente certos em reconhecer que

a Bíblia inteira é cristológica, que tudo nela é testemunho de Cristo; mas estavam absolutamente errados em pensar que essa interpretação cristológica devia ser alcançada às custas do significado óbvio do texto. A Reforma ajudou a corrigir esse erro.[78]

Da mesma forma, hoje, os adeptos da assim chamada escola "redentor-histórica" muitas vezes rejeitam a autoridade eterna da lei judicial mosaica (veja Apêndice 2), afirmando que reter tal autoridade é aplicá-la "não cristologicamente".[79] Em outras palavras, eles já decidiram de antemão exatamente o que uma interpretação "cristológica" deve ser e então, com base nisso, revogam certos mandamentos divinos (a lei civil, por exemplo). Todos reconhecemos, sem dúvida, que o Antigo Testamento em toda parte testifica de Jesus Cristo de uma forma ou outra, e que a igreja das Escrituras grega de fato se tornaram o cumprimento da igreja das Escrituras hebraica. Mas mesmo nas Escrituras hebraica, a jurisdição da lei judicial de Deus não estava limitada a Israel; todos os povos, do mundo inteiro, estavam sujeitos à autoridade delas, e isso é precisamente o que o Novo Testamento ensina (Rm 3.19).

Esses são apenas dois exemplos de como pressuposições teológicas equivocadas levam a interpretações equivocadas, o que, por sua vez, leva naturalmente a aplicações equivocadas. É vital observar que nesses casos a própria Bíblia não anula certos mandamentos bíblicos; antes, os homens têm deixado que as suas pressuposições teológicas obscureçam-lhes a mente acerca da autoridade plena da Escritura. A teologia deles obscurece-lhes a interpretação, que, por sua vez, distorce-lhes as ações.

A teologia da substituição

O entendimento bíblico do pacto rejeita todas as principais formas da "Teologia da Substituição". O Novo Testamento não substituiu o Antigo Testamento; o Evangelho não substituiu a Lei; a Igreja cristã não substituiu o Israel cristão; o celestial não substituiu o terreno; e o novo pacto não substituiu o antigo pacto.

A Bíblia toda, tanto a Escritura hebraica como grega, é a revelação pactual de Deus. Uma das regras fundamentais de interpretação é a de que tudo da Bíblia é Palavra de Deus e ela fala uma revelação, uma mensagem, uma lei; aborda um povo redimido e um povo não redimido; e estabelece uma religião. Essa é a pressuposição teológica fundamental que fortalece o

empreendimento interpretativo.

Apêndice 1: Dois paradigmas para os aderentes da Sola Scriptura

A Reforma Protestante enfatizou firmemente o princípio da *sola Scriptura* – somente a Escritura. Certas partes da falecida igreja medieval apresentavam (explícita ou implicitamente) a tradição eclesiástica como uma fonte independente de autoridade. Os Reformadores se opuseram a isso: por exemplo, Mariologia, veneração aos santos, purgatório e indulgências não tinham parte com a revelação da Bíblia. Sustentar, como Roma fazia, que eles englobavam ingredientes da Fé cristã era destruir o evangelho. O lema latino *sola Scriptura* significa que somente a Bíblia é a autoridade única e final da igreja. Todas as outras autoridades – igreja, Estado, pais da igreja e assim por diante – não produzem a palavra divina e a autoridade de que gozam é derivada e está subordinada às Sagradas Escrituras.[80]

Afirma-se, comumente, tanto por Protestantes como Católicos Romanos, que o *sola Scriptura* foi uma inovação que os Reformadores introduziram no cristianismo Ocidental. Na verdade, esse não é o caso de forma alguma. O princípio da *sola Scriptura* era aceito amplamente em certos setores da falecida igreja medieval.[81] Infelizmente, havia também o ponto de vista contrário, combatido pelos reformadores: a tradição eclesiástica como autoridade isolada e independente.

No Concílio de Trento, a reação católica romana à Reforma Protestante, a igreja Latina codificou a teoria das "duas fontes" de autoridade revelacional: tanto as Sagradas Escrituras como a tradição não escrita, transmitida em sucessão, na igreja foram consideradas igualmente autoritativas.[82] Foi a essa teoria que os protestantes originais e seus sucessores se opuseram vigorosamente. Eles criam que abraçar a teoria das "duas fontes" da revelação divina, era apagar a distinção Criador-criatura. [83] Esse é o grande erro do catolicismo romano tridentino, que é paralelo ao seu irmão gêmeo, a salvação por fé *e* obras. Ambos anulam a distinção Criador-criatura; o que é uma forma perigosa de *sinergismo*. Os protestantes reconheceram que o homem e Deus cooperam tanto na salvação quanto na revelação. A *revelação* de Deus ao homem é uma revelação absoluta, em cuja origem o homem não coopera. A *salvação* do homem por Deus é uma salvação absoluta em cuja origem o homem não coopera. O homem é o *objeto* tanto da revelação como da salvação, não a *origem* delas. O princípio da *sola Scriptura* preserva a distinção Criador-criatura na maneira como ele

se relaciona com a revelação objetiva de Deus ao homem na Bíblia.[84]

Reformadores, não revolucionários

Ao contestarem a teoria revelacional das "duas fontes" postulada por Roma, os reformadores protestantes não estavam jamais argumentando que a doutrina da igreja do Ocidente era totalmente errônea. Os reformadores eram apenas isto: reformadores, não revolucionários. Eles estavam dispostos a defender a ortodoxia ecumênica herdada da Igreja Latina, por exemplo. Os reformadores eram todos trinitarianos, e aderiam aos dogmas dos concílios ecumênicos.[85] Eles agiam assim, não porque reconheciam a autoridade final dos concílios da igreja, mas porque criam que esses concílios ecumênicos expressaram os ensinos bíblicos sobre os elementos centrais do cristianismo.

Radicais, não reformadores

Isso distinguiu a Reforma Protestante da assim chamada Reforma Radical, os anabatistas, os unitarianos, e outros.[86] Estes últimos também defendiam um tipo de *sola Scriptura*. Para eles, isso significava que a Bíblia somente é a nossa autoridade e, *portanto*, o cristianismo ortodoxo é suspeito. Muitos dos reformadores radicais questionaram ou negaram a Trindade. Os reformadores protestantes, corretamente, achavam isso abominável – não menos abominável, e talvez mais abominável, que a teoria da revelação de "duas fontes" por Roma. Enquanto Roma acreditava numa teoria da revelação de "duas fontes", os reformadores radicais não acreditavam em tradição nenhuma de nenhum tipo. Os protestantes, contudo, acreditavam numa tradição *bíblica*. Tradição que teve grande circulação na igreja e que procede da própria Escritura Sagrada; tradição que é autoritativa porque é bíblica.[87] Portanto, os reformadores e seus sucessores não negaram o papel positivo à tradição. De fato, o teólogo luterano Martin Chemnitz, em sua refutação massiva do Concílio de Trento, reconheceu notavelmente esse papel crucial da tradição.[88] Assim fizeram os Artigos da Religião Protestante irlandesa, que afirmavam explicitamente os credos ecumênicos antigos.[89] O próprio João Calvino organizou a sua grande teologia sistemática, *Institutas da Religião Cristã*, com base no Credo dos Apóstolos. Todos os primeiros protestantes defendiam a ortodoxia católica antiga.

Regula Fidei

Esse entendimento da autoridade da Bíblia e da tradição eclesiástica piedosa que procede dela criou um padrão particular de interpretação, uma *regula fidei*, ou regra divina, que era uma *maneira* tradicional de interpretar a Bíblia. Lutero, Calvino e outros reformadores extraíram grandes pepitas da Palavra de Deus que tinham sido obscurecidas pela exegese altamente estática do período medieval. Por um lado, eles redescobriram a doutrina paulino-agostiniana da justificação pela fé somente. Mas os reformadores não eram revolucionários e acreditavam numa exegese *tradicional* delimitada pela ortodoxia católica antiga.

Era exatamente isso o que a igreja patrística afirmava. Ela não dava sustentação à ideia Católica Romana posterior de que a Escritura e a tradição eram fontes independentes de autoridade, nem sustentava também a visão da Reforma Radical, de que a Bíblia aniquila toda a tradição. Ela afirmava que a Bíblia somente é a nossa autoridade objetiva final, mas que há uma forma legítima e *tradicional* de interpretar a Bíblia.[90]

Hermenêutica

Hoje ouvimos muito sobre “hermenêutica”. Na verdade, esse é somente um termo sofisticado para interpretação – geralmente, a interpretação da Bíblia. Mesmo dentre aqueles que defendem a mais alta visão da autoridade formal da Bíblia, há grande discórdia sobre a sua interpretação. Não me refiro principalmente `as conclusões dessa interpretação, por exemplo, calvinismo versus arminianismo, amilenismo versus pós-milenismo, dispensacionalismo versus teologia do pacto, batismo infantil versus batismo de adultos. Antes, refiro-me mais fundamentalmente às regras que governam a própria interpretação. Visões diferentes dessas regras levam a interpretações diferentes de passagens específicas da Bíblia e a diferentes visões teológicas.

Alguns defendem, por exemplo, que a Bíblia deve ser interpretada em seu contexto histórico original (o melhor que pudermos averiguar isso hoje) e tem um único significado pretendido. Outros concordam que ela deveria ser interpretada em seu contexto histórico original, mas acreditam num *sensus plenior*: pode haver mais de um significado pretendido. Ainda outros sustentam que toda interpretação deve ser *canonicamente* contextual – isto é, a Bíblia inteira é o contexto dentro do qual um texto particular deve ser

interpretado. Outros ainda são menos comprometidos com o significado histórico específico do tempo em que a Bíblia foi escrita, apegando-se mais a um significado supremo e geral que Deus pretendeu que transcendesse qualquer situação histórica particular. Alguns até mesmo desejam distinguir entre significado e importância! Essas são apenas algumas das poucas "opções" hermenêuticas entre aqueles que defendem a infalibilidade da Bíblia. Entre aqueles que não defendem a infalibilidade da Bíblia, as opções hermenêuticas são, infelizmente, ainda maiores.

Exegese histórica versus inovadora

Mais básico e mais cruel do que qualquer uma dessas diferenças é a grande distinção que há entre os intérpretes protestantes, entre os que abraçam a visão protestante original, isto é, uma *maneira* tradicional de interpretar a Bíblia, e os que se têm aliado, intencionalmente ou não, à Reforma Radical, que não reconhece os limites da ortodoxia no empreendimento interpretativo. Com o propósito de esclarecer, podemos rotular essas visões como exegese *histórica* e exegese *inovadora*. Sem dúvida, aqueles que abraçam a exegese histórica não negam a permissibilidade – ou mesmo necessidade – de inovação exegética. Eles simplesmente se opõem à inovação *que é capaz de subverter o cristianismo ortodoxo*.[91] Similarmente, aderentes da exegese inovadora não desejam jogar fora a ortodoxia cristã; eles podem defender certos dogmas ortodoxos, mas o ponto crucial é que eles estão dispostos a sujeitar tais dogmas ao que consideram evidência exegética contrária.

Liberalismo protestante

Alguns exemplos serão suficientes. Os liberais protestantes do final do século 18 e começo do século 19 abraçaram uma forma supostamente "neutra", "objetiva" e "científica" de exegese gramático-histórica. Pretendia-se assim descobrir o que as Escrituras queriam dizer quando foram originalmente escritas. Quase todos os exegetas liberais estavam comprometidos com essa abordagem.[92] Esses protestantes liberais estavam totalmente dispostos, se necessário, a jogar fora os dogmas essenciais do cristianismo ortodoxo – a Trindade, a divindade de Cristo, a inspiração e infalibilidade da Bíblia, e assim por diante – se a conclusão de sua exegese histórico-gramatical garantisse esse abandono. Superficialmente, eles

pareciam estar continuando a melhor tradição dos reformadores protestantes, que atribuíam grande peso ao significado original das passagens bíblicas e seu contexto histórico. O que os protestantes liberais não compartilhavam com os reformadores protestantes, contudo, era o comprometimento com o cristianismo ortodoxo. Portanto, eles estavam verdadeiramente dispostos a eviscerar o cristianismo ortodoxo na mesa da exegese gramático-histórica. O protestante liberal moderno, James Barr, sugeriu que isso é meramente o resultado consistente da exegese gramático-histórica empregada pelos reformadores originais.[93] Não importa qual seja o mérito dessa sugestão, é certo que os próprios reformadores achariam isso abominável, pois estavam categoricamente devotados ao cristianismo ortodoxo e teriam achado estarrecedor que a exegese bíblica possa destruir o cristianismo ortodoxo. Esse, contudo, é precisamente o ponto de vista dos exegetas liberais inovadores.

Sectarismo

Uma versão mais conservadora emergiu entre aqueles que estavam dispostos a jogar fora os credos cristãos se fossem convencidos de que é possível provar que esses credos estão em desacordo com o ensino da Bíblia. Um exemplo bem flagrante disso foi Alexander Campbell, fundador da assim chamada “Igreja de Cristo”:

> Eu me esforcei para ler as Escrituras como se ninguém as tivesse lido diante de mim… e fui também cuidadoso para não as ler hoje por meio das minhas próprias visões de ontem, ou de uma semana atrás, visto que sou contra ser influenciado por qualquer nome estranho, autoridade ou sistema, seja qual for.[94]

Essa é uma declaração impressionante, mas muito consistente se se negar a necessidade de um método tradicional para interpretar a Bíblia.

Preterismo consistente

Outro exemplo de exegese inovadora aparece na chamada escola do “preterismo consistente”, de anos recentes. A maioria dos seus defensores está disposta a descartar a segunda vinda física de Cristo e a ressurreição física dos santos, sustentando que esses eventos ocorreram em ou por volta da destruição de Jerusalém no ano 70 d.C.[95] Isso desvia-se claramente da

doutrina cristã expressa nos credos ecumênicos antigos, e os “preteristas consistentes” reconhecem esse desvio. Eles argumentam, contudo, que esse desvio é justificado na base de que a Bíblia, de fato, requer justamente tal desvio.

Não há mais um método tradicional de interpretar a Bíblia entre os exegetas inovadores; cada exegeta, desde que use apropriadamente a sua capacidade, está livre para chegar a quaisquer conclusões, desde que possa justificá-las biblicamente.

Exegese histórica

Os exegetas *históricos* acham essa abordagem mais problemática – até mesmo perigosa. Embora abracem inflexivelmente o *sola Scriptura*, e se oponham à teoria da revelação de “duas fontes” de Roma, eles se opõe igualmente à ideia de que uns poucos indivíduos isolados deveriam ter a permissão de subverter o entendimento da Escritura aprovado pelo tempo. Na linguagem notável de Thomas Sowell, eles abraçam a “visão constrangida” da humanidade.[96] A ideia dessa visão é que o conhecimento está disperso amplamente, entre muitas pessoas no mundo contemporâneo, bem como nas muitas gerações anteriores. Eles não creem que a mais alta forma de conhecimento seja inerente a uns poucos indivíduos brilhantes de qualquer era. Para os exegetas *históricos*, essa é outra forma de dizer que há uma *maneira* tradicional de interpretar a Bíblia. Essa *maneira* é na verdade os limites do cristianismo histórico e ortodoxo. O exegeta e teólogo de Princeton Charles Hodge foi um dos principais proponentes dessa visão:

> Os protestantes admitem que, como há uma tradição ininterrupta de verdades, desde o protoevangelho até o final do livro de Apocalipse, assim há um manancial de ensino tradicional que corre através da Igreja Cristã, desde o dia de Pentecostes até os dias atuais. Essa tradição é de tal forma uma regra de fé que nada contrário a ela pode ser verdadeiro. Os cristãos não vivem isoladamente, cada um defendendo seu próprio credo. Constituem um só corpo, havendo um só credo comum. Rejeitar esse credo, ou qualquer de suas partes, é o mesmo que rejeitar a comunidade dos cristãos, incompatível com a comunhão dos santos ou a membresia no corpo de Cristo. Em outros termos, os protestantes admitem que há uma fé comum na Igreja, a qual

> ninguém tem a liberdade de rejeitar, e à qual ninguém pode rejeitar e ser cristão.[97]

Hodge expressa sucintamente a visão protestante de que a tradição bíblica defendida pela igreja católica [i.e., universal] é uma regra inviolável de fé. Não estamos livres para abandoná-la, nem mesmo em nossa exegese bíblica.

A exegese dentro dessa tradição cristã é desejável, mesmo que algumas vezes erre. Embora, por exemplo, muitos dos exegetas patrísticos possam ter confiado demais numa exegese mística e, portanto, fantasiosa, aqueles que permaneceram dentro do campo da fé ortodoxa estavam praticando uma exegese *cristã* legítima, não importa quão errônea suas conclusões específicas pudessem ter sido. Da mesma forma, embora os exegetas durante o tempo da Reforma Protestante confiassem demais no contexto histórico imediato das passagens bíblicas (não considerando, por exemplo, o relato inteiro da Bíblia), eles permanecem dentro das fronteiras do cristianismo ortodoxo, e, portanto, a exegese deles era uma exegese *cristã* legítima. Essa *maneira* tradicional de interpretar a Bíblia sustenta que a ortodoxia ecumênica antiga é uma dedução *implícita* do ensino *explícito* da Bíblia. Na linguagem da Confissão de Fé de Westminster, presbiteriana, é "consequência boa e necessária". Se, portanto, a ortodoxia católica antiga é o que a própria Bíblia implicitamente ensina, interpretar a Bíblia contrariando essa ortodoxia é interpretá-la erroneamente.

A exegese histórica e a exegese inovadora são, de fato, dois paradigmas distintos e definíveis; sim, até mesmo visões. Elas constituem abordagens diferentes da Bíblia e sua interpretação e, em muitos casos, levam a conclusões diferentes, algumas vezes radicalmente diferentes.

Apêndice 2: Nota sobre a interpretação histórico-redentora

Um dos maiores teólogos bíblicos que a fé reformada já produziu foi Geerhardus Vos, professor de teologia bíblica em Princeton. Nos poucos últimos anos do século 19 até a sua aposentadoria em 1932, Vos foi o proponente principal do método de interpretação histórico-redentor. Em grande parte, o teólogo bíblico holandês Herman Ridderbos mais tarde adotou essa visão, embora aparentemente de certa forma independente. Seu proponente principal hoje é o professor Richard Gaffin, do Seminário de Westminster. A exegese e teologia de todos esses três homens são acima da média – e algumas vezes deslumbrante. A nova maneira com que eles abordam as Escrituras quase sempre produz percepções teológicas profundas, que, geralmente, procedem da prática do próprio método histórico-redentor. Que método é esse?

A definição do método

Reagindo à abordagem um tanto escolástica e a-histórica de grande parte da exegese e teologia Reformada, os defensores do método histórico-redentor percebem a Bíblia primariamente nos termos da sua própria história. A Bíblia, destacam eles, não é um livro texto teológico, mas um relato divinamente inspirado de certos eventos históricos distintos, preeminentemente os grandes eventos em torno do grande complexo redentor de Jesus Cristo: sua vida, morte, ressurreição, ascensão e segunda vinda. Gaffin explica:

> Especificamente, o foco ou orientação da Escritura, em todas as suas partes, é a história da redenção que Deus realizou do seu povo pactual, a qual alcança o clímax na obra do Cristo encarnado. Até onde diz respeito ao seu conteúdo, a revelação bíblica é histórico-redentora (ou pactual) e cristocêntrica.
>
> O que precisa ser deixado claro é que, para Vos, *essa generalização mantém a revelação bíblica em sua inteireza*. Seu ponto não é que a parte majoritária da Escritura ou a sua ênfase principal diga respeito à obra redentora de Cristo, ao passo que a parte restante, porções menos proeminentes, sejam basicamente independentes desse assunto, relacionando-se apenas indiretamente com a redenção; ou jamais se relacionando com

> ela. Antes, *cada aspecto ou parte singular na rica diversidade da revelação bíblica é orientada à salvação em Cristo*. A morte e ressurreição de Cristo constitui o ponto focal de toda revelação bíblica.[98]

A revelação é distintamente *orgânica*. Ela se desenvolve historicamente, isto é, dentro do período histórico descrito pela Escritura: ela "chega numa forma historicamente progressiva".[99] À medida que avança em sua descrição da história, ela progressivamente revela a sua mensagem; essa mensagem chega à plenitude nas epístolas de Paulo no Novo Testamento. Em razão do caráter historicamente moldado da revelação bíblica, os defensores do método histórico-redentor dedicam grande atenção ao caráter historicamente moldado do texto: seus autores humanos, composição, estilo, e assim por diante. Eles são rápidos em dissociar a preocupação com a diminuição da autoridade bíblica, à maneira teológica liberal, sob bases históricas similares. Por causa da ortodoxia Reformada dos seus proponentes, devido ao interesse intenso na natureza histórica da Bíblia, não há perigo para o alto grau de inspiração. De fato, eles argumentam que *somente* tal interesse pode trazer luz à glória da Escritura inspirada.[100]

Descobertas do método histórico-hedentor

Essa abordagem leva a algumas descobertas interessantes, e frequentemente dramáticas. Por exemplo, o livro *Resurrection and Redemption: A Study in Paul's Soteriology*,[101] de Gaffin, conclui que a *ordo salutis* (ordem da salvação) reformada tradicional tem uma visão equivocada da soteriologia do Novo Testamento, ou pelo menos da soteriologia paulina. A descrição da salvação pessoal não é uma sequência de eventos: regeneração, justificação, santificação, glorificação, e assim por diante. Antes, todos esses atos são facetas da salvação transmitidas simultaneamente na união do pecador com Cristo. Gaffin, seguindo Vos, reúne extensiva evidência exegética de que é especificamente a união com o *Cristo ressurreto* – isto é, em todo o seu *poder* de ressurreição – que transmite salvação ao incrédulo, até aquele momento. Isso implica, entre outras coisas, que Gaffin está disposto a repensar a ideia reformada tradicional que a regeneração precede e causa a fé do homem, sendo geralmente considerada como a causa instrumental da justificação.[102]

Outra característica interessante do método histórico-redentor é que ele vê Paulo e o intérprete moderno do Novo Testamento como contemporâneos, até onde diz respeito à sua abordagem da tarefa interpretativa. Vos, Ridderbos e Gaffin veem Paulo não meramente como um instrumento da inspiração divina, mas como um *teólogo* pelos próprios méritos.[103] Os evangelhos nos dão um relato do grande complexo redentor, e Paulo é o principal intérprete teológico deles.[104] Resumindo, Paulo é um teólogo sistemático. Embora, sem dúvida, Paulo tenha escrito sob inspiração divina e seja, nesse sentido, qualitativamente diferente dos intérpretes de hoje, ele e eles são intérpretes do grande complexo redentor de Cristo sobre o qual a Bíblia inteira converge. Paulo não é apenas nosso professor; ele é também nosso parceiro na tarefa interpretativa.[105]

Esse paradigma inteiro é possível porque o método histórico-redentor transfere a atenção da condição existencial do homem para a obra específica, concreta e histórica de Cristo e seu grande complexo redentor. Vos, Ridderbos e Gaffin argumentam que esse grande completo redentor cristológico – e ele somente – é a matrix em cujo interior a salvação existencial do homem ocorre. A questão não é uma *ordo salutis* individual; a questão é a união com o Cristo ressurreto, e tudo mais o que isso implica.

O método histórico-redentor é uma reação poderosa à forma de cristianismo altamente existencial que surgiu no final do século 18 e começo do século 19 e que, de fato, sobrevive até hoje. A salvação não é primariamente sobre o meu dilema pessoal e como sair dele. Antes, a salvação é sobre a união com o Cristo ressurreto na grande obra de redenção, que ele realizou no tempo e na história.

Não apenas isso, o método histórico-redentor apresenta uma alternativa saudável a um escolasticismo exagerado tanto na teologia como na igreja. O escolasticismo, embora inevitável, é tentado a reduzir a fé a categorias teológicas arbitrariamente determinadas, tirando a atenção do *tipo* de livro que a Bíblia realmente é: o registro de história-revelação. Nas palavras de Gaffin: “A história da redenção é o tema ou foco de todo o registro bíblico… Qualquer reflexão teológica baseada na interpretação bíblica deve reconhecer e trabalhar a partir dessa estrutura histórico-redentora. A perspectiva histórico-redentora é um horizonte indispensável para o entendimento da Escritura, em parte ou no todo”.[106] De maneira louvável, essa abordagem afasta os intérpretes das categorias teológicas abstratas e trás novamente a

atenção deles para a revelação da própria Bíblia.

A omissão da história pós-bíblica da interpretação

A despeito desses pontos fortes, o método histórico-redentor manifesta certos problemas, e em alguns casos fatais e debilitantes. Primeiro, esse método exalta a história, mas somente uma época particular da história, a saber, o período coberto pelos registros bíblicos. Ele dá pouca atenção à história desde o fechamento do cânon, particularmente com respeito à história da interpretação. Não é necessário concordar que "a história da igreja é a história da exposição da Escritura"[107] para se reconhecer o papel vital que o desenvolvimento da doutrina deveria desempenhar historicamente (e, na verdade, desempenha, quer queiramos ou não) dentro da igreja em nosso interpretação atual da Escritura. O desenvolvimento da ortodoxia, bem como a exegese cristã da Bíblia, não são fatores que podemos simplesmente descartar. Nós confrontamos a Escritura num contexto histórico particular, e parte desse contexto é um desenvolvimento de doutrina e exegese dentro da igreja. O método histórico-redentor, embora fortemente histórico com referência à era bíblica, é decididamente a-histórico com referência à era subsequente da interpretação bíblica. Neste ponto, pelo menos, ele parece fortemente influenciado por pressuposições iluministas, que tentaram remover o entendimento, da maneira como ele se desenvolveu historicamente, e restringir esse entendimento a umas poucas mentes brilhantes ainda existentes.[108]

Ironicamente, portanto, o método histórico-redentor é tudo menos histórico no que tange à interpretação dentro do horizonte completo da "história da redenção", isto é, toda a era interadvento.

Truncando a mensagem bíblica

Segundo, o método histórico-redentor força a revelação da Bíblia num leito de Procusto arbitrário e predefinido. Ele vê a Bíblia inteira em termos de redenção. Mas a Bíblia simplesmente não permitirá essa redução. A Bíblia trata largamente, mas não exclusivamente, da redenção; e as suas doutrinas relativas à redenção descrevem-na com uma amplitude maior do que o método histórico-redentor admite.[109] *Não é a redenção como tal, mas o próprio Deus trino é que é o tema interpretativo da Bíblia*[110] –

particularmente a soberania de Deus nas questões da criação, e mais distintamente o homem. A tarefa do homem antes da queda era exercer domínio na Terra sob a autoridade do seu Deus. Quando o homem caiu no pecado, Deus não abandonou seu plano para o homem, mas instituiu a redenção como o único meio pelo qual o homem poderia ser *restaurado* a esse chamado. A autoridade soberana do Deus trino na Terra, mediada por humanos em submissão a ele – e não a redenção como tal – é a premissa orientadora da Bíblia. A redenção não é o fim, mas o meio para aquele fim.

O método histórico-redentor parece honrar a Cristo por interpretar tudo na Bíblia através de uma grade redentora, mas na verdade isso trunca a mensagem completa da Bíblia. Por exemplo, Vos, ao tratar da economia mosaica, dedica quase quarenta páginas à lei ritual ou cerimonial, e *nem sequer uma página* à lei civil.[111] Isso certamente é uma visão desequilibrada da revelação, como a que encontramos no Antigo Testamento, mas é plausível considerando-se a pressuposição do método histórico-redentor da redenção como o tema nos termos do qual a Bíblia toda deve ser interpretada. Nisso também o método histórico-redentor é irônico, visto que, embora critique justificavelmente o abstracionismo de grande parte da Teologia Sistemática reformada, ele se complica num dos maiores abstracionismo de todos – erigir um princípio mestre único ao qual toda a Bíblia deve prestar tributo. Isso negligencia o único tema orientador possível da mensagem da Bíblia: o próprio Deus trino.

Limitando a infalibilidade bíblica

Finalmente, um método interpretativo orientado por um foco tão limitado não pode deixar de truncar a autoridade bíblica. Ou seja, qualquer abordagem interpretativa que limita o foco da mensagem bíblica deve, se sustentada consistentemente, limitar o foco da sua autoridade. Isto é simplesmente o que acontece com a expressão mais consistente do método histórico-redentor: o método passa a ser uma autoridade em si mesmo, elevando-se a uma posição de confiança ou até mesmo infalibilidade. “É possível construir uma teoria da inspiração”, pergunta Ridderbos retoricamente, “na qual, não a natureza das Escrituras, mas os nossos postulados teológicos sobre o que a inspiração deveria ser, definam o conceito de autoridade e a inspiração das Escrituras?”[112] Ele deixa claro que a resposta que está esperando é, Não: “A autoridade da Bíblia deve ser

abordada a partir da própria história da revelação e salvação".[113] Visto que a história redentora é o foco inteiro da Bíblia, devemos interpretar a sua autoridade e confiabilidade nos termos desse foco. A condição *a priori* para se avaliar a confiabilidade bíblica não é a pressuposição de que a Bíblia como Palavra de Deus não pode falar senão infalivelmente; isso causaria um curto-circuito na sua mensagem histórico-redentora. Antes, a pressuposição deve ser o foco histórico-redentor da Bíblia:

> Não podemos dizer da Escritura tudo o que dizemos da palavra de Deus, nem podemos identificar os apóstolos e profetas ao escreverem com o Espírito Santo. A palavra de Deus existe na eternidade, é perfeita. Mas a Escritura não é eterna nem perfeita… O fato é que a infalibilidade da Escritura tem em muitos aspectos um caráter diferente daquele que um conceito teórico de inspiração e infalibilidade, separada do seu propósito e realidade empírica, exigiria.[114]

A abordagem histórico-redentora compatível com o nível de confiabilidade das Sagradas Escrituras não solapa somente a noção dessa Escritura como palavra plenamente infalível, com base no fato de ela ser a própria palavra de Deus. Além disso, essa abordagem também esvazia a si mesma quando afirma que só está aceitando o que o caráter da própria Bíblia insinua, o qual permite essa diminuição de confiabilidade. *Se a mensagem é exclusivamente histórico-redentora, o foco de sua confiabilidade deve ser exclusivamente histórico-redentor*. Isso distorce a mensagem da Bíblia em sua própria fonte. Nas palavras de Shepherd, a autoridade da mensagem não descansa mais em sua fonte (Deus mesmo), mas em seu conteúdo (um foco histórico-redentor supostamente exclusivo).[115] Os adeptos da abordagem histórico-redentora ignoram o fato de que a sua própria orientação se constitui num julgamento *a priori* sobre o tipo de livro que a Bíblia é – "histórico-redentor" – e, como todas as outras escolas interpretativas, traz para sua tarefa certas suposições que moldam as suas conclusões exegéticas e teológicas. A questão não é se podemos evitar uma visão de inspiração "desconexa", na linguagem de Ridderbos, "do seu propósito e realidade empírica". Toda visão de inspiração procede das pressuposições acerca da natureza do Deus trino e da cosmovisão cristã. Não existe tal coisa como uma teoria puramente indutiva da inspiração ou autoridade bíblica.[116] Não podemos nos consolar argumentando que a nossa visão, que limita a

inspiração a um foco histórico-redentor, seja apenas uma conclusão tirada de uma investigação do conteúdo da Bíblia. Começamos, como Steve Schlissel afirma, não fazendo exegese da Bíblia, mas fazendo exegese das nossas pressuposições.[117] Essas pressuposições, no caso do método histórico-redentor, limitam o escopo da confiabilidade da Bíblia ao limitar o escopo da sua mensagem. Se toda a Bíblia trata somente da redenção, então a sua confiabilidade diz respeito somente à redenção. Mas, se pelo contrário, toda ela versa acerca de Deus governando o homem como sua criatura (e a redenção certamente é um aspecto desse governo), a sua confiabilidade deve se estender igualmente a todas as partes dela. Essa infalibilidade plenária não pode ser a característica de nenhuma expressão *consistente* da interpretação histórico-redentora.

Portanto, a despeito de suas contribuições valiosas, o método histórico-redentor descarta grandemente a história da interpretação; ao forçar todo o registro bíblico numa grade teológica totalmente arbitrária; e, mais significantemente, ao limitar o escopo da confiabilidade bíblica ao seu suposto foco histórico-redentor, cria mais problemas interpretativos do que soluciona. Além do mais, ele deixa a igreja com menos do que uma mensagem completa com a qual possa enfatizar as reivindicações do reino de Cristo na Terra.

Apêndice 3: A errância da teoria da “inerrância dos autógrafos originais”

A inerrância dos autógrafos versus os apógrafos infalíveis

Um dos maiores mitos teológicos dos nossos tempos é o de que a fidelidade às Sagradas Escrituras, como palavra inerrante de Deus, não subsiste à parte da crença na “inerrância dos autógrafos originais”.[118] Essa é uma visão relativamente nova na história da igreja, mas é certamente predominante hoje entre evangélicos e fundamentalistas. Desde quase o começo do Movimento Fundamentalista, essa tem sido a característica da visão fundamentalista acerca da Bíblia. Na antiga obra clássica do fundamentalismo, intitulada, apropriadamente, de *Os Fundamentos*, James M. Gray, deão do *Moody Bible Institute*, escreveu:

> O registro em favor do qual defendemos a inspiração é o registro original – os autógrafos ou pergaminhos de Moisés, Davi, Daniel, Mateus, Paulo ou Pedro, conforme o caso, e não qualquer tradução particular ou traduções deles. Não existe tradução absolutamente sem erro, nem poderia existir, considerando-se a fragilidade dos copistas humanos, a menos que aprouvesse a Deus realizar um milagre perpétuo para assegurar isso [*i.e.*, a inspiração das cópias nos idiomas originais].[119]

“A inerrância”, continua ele, está limitada aos “pergaminhos que nenhum ser vivo jamais viu [*i.e.*, os autógrafos originais].”

Essa visão, compartilhada pela maioria esmagadora dos conservadores modernos de quase toda persuasão teológica, representa um rompimento decisivo com a visão reformada da Bíblia. Os reformadores, e particularmente seus herdeiros imediatos, os assim chamados escolásticos reformados, teriam achado essa ideia chocante e suicida.[120] Eles estavam pouco preocupados com os autógrafos, mas grandemente preocupados com os *apógrafos*, os textos existentes no idioma original, fielmente *preservados* no seio da fé e da igreja. Esses eram o *locus* da autoridade bíblica. *Esses* (com falhas e tudo) constituíam a infalível Palavra de Deus:

> Por texto “original” e “autêntico”, os Protestantes ortodoxos não se referiam aos *autógrafos*, que ninguém possui, mas aos

> *apógrafos* no idioma original, que são a fonte de todas as versões. Os judeus, por toda a história, e a igreja, no tempo de Cristo, consideravam o hebraico do Antigo Testamento como autêntico e por quase seis séculos após Cristo, o grego do Novo Testamento foi visto, indisputavelmente, como autêntico. É importante observar que a insistência reformada ortodoxa sobre a identificação dos textos hebraicos e gregos como autênticos não exige referência direta aos *autógrafos* naqueles idiomas: o "texto original e autêntico" da Escritura significa, além das cópias dos *autógrafos*, a tradição legítima dos *apógrafos* hebraicos e gregos. A defesa da Escritura como regra infalível de fé e prática e os argumentos escolhidos para defender um texto recebido livre de erros maiores (de escribas) fundamenta-se na análise dos *apógrafos* e não busca o regresso infinito dos *autógrafos* perdidos para apoiar a infalibilidade textual… [Na nota de rodapé 166 relacionada, Müller observa: "Deve-se traçar, portanto, um contraste ainda mais acentuado entre os argumentos protestantes ortodoxos com respeito aos *autógrafos* e as visões de Archibald Alexander Hodge e Benjamin Breckinridge Warfield"].[121]

A Confissão de Fé de Westminster, o grande símbolo doutrinário dos calvinistas de fala inglesa, não saiu na defesa em favor da inerrância os *autógrafos* originais perdidos, mas em favor da infalibilidade dos *apógrafos* existentes:

> O Antigo Testamento em Hebraico… e o Novo Testamento em Grego… sendo inspirados imediatamente por Deus e **pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos**, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar a eles [*i.e.*, os *apógrafos*].[122]

Claramente, o *locus* da autoridade bíblica não são os *autógrafos*, mas os *apógrafos*. Os reformados enfatizaram não meramente a inspiração e a infalibilidade, mas também a *preservação providencial* das Sagradas Escrituras. São aquelas Escrituras providencialmente preservadas que são "autênticas" e constituem o tribunal de apelação teológica final. Na mesma linha, os autores da *Formula Consensus Helvetica* (1675), calvinistas de

Genebra, confessaram:

> … o Antigo Testamento original em hebraico, **que temos recebido e até estes dias preservado** assim como foi passado pela Igreja judaica, à qual anteriormente "foram confiados os oráculos de Deus" (Rm 3.2), é, não somente em suas consoantes, mas em suas vogais – nos pontos vocálicos em si, ou pelo menos na pronunciação dos pontos – não somente em seu assunto, mas em suas palavras, inspiradas por Deus, formando dessa forma, juntamente com os originais [apógrafos] do Novo Testamento, a única e completa regra de nossa fé e prática…[123]

Tem-se tornado moda os conservadores ridicularizarem e se desculparem pela sugestão dos calvinistas de que até os pontos vocálicos foram divinamente inspiradas, mas ninguém pode negar a alta estima com que eles defendiam a Palavra de Deus *preservada*, não especialmente a autográfica.

Da mesma forma, o dogmático Reformado Francis Turretin (1623-1687), um dos sucessores de Calvino e Beza na cadeira de Teologia em Genebra e um dos autores da *Formula Consensus Helvetica* citada acima, postulava que os textos atuais na língua original de cada um deles foram preservados na igreja como "textos originais":

> Com "textos originais", não queremos dizer os autógrafos escritos pela mão de Moisés, dos profetas e dos apóstolos, que certamente não existem agora. Queremos dizer os seus apógrafos, que são assim chamados porque nos apresentam a Palavra de Deus nas próprias palavras daqueles que escreveram sob a inspiração imediata do Espírito Santo.[124]

No século 19, essa Bíblia providencialmente preservada passou a ser atacada por conflitar com "os resultados seguros" da ciência moderna.[125] Isso envolvia tudo desde diferenças entre relatos nos registros dos evangelhos, a supostos erros nas genealogias do Antigo Testamento, alegadas citações erradas do Antigo Testamento pelo Novo Testamento, e assim por diante. Alan Richardson escreve:

> No final do século 18, bem como ao longo de todo ele, o conceito tradicional da revelação divina era ainda aceito em toda

> parte pelo cristianismo ocidental: católicos e protestantes concebiam a revelação como contida nas proposições inerrantes escritas na Bíblia por autores que foram diretamente inspirados pelo Espírito de Deus. No final do século 19, essa visão tradicional não era mais possível para aqueles que aceitavam as implicações do que temos chamado de a revelação do método histórico.[126]

Um aspecto primário desse método histórico era a Crítica Textual – a tentativa de reconstruir a construção exata das palavras dos textos antigos. Em sua maior parte, antes do século dezoito, a igreja (tanto Ocidental como Oriental) acreditou que a transmissão textual era responsabilidade do povo de Deus na igreja.[127] Leituras variantes, por exemplo, eram avaliadas de acordo com sua relação com a ortodoxia cristã, a própria fé; isso, em grande parte, era a "Crítica Textual" da igreja. Com o advento da prática iluminista de Crítica Textual, tudo isso mudou. A Bíblia devia ser tratada como qualquer outro livro.[128] O Iluminismo tinha um forte preconceito antissobrenaturalista. Seus métodos acadêmicos refletiam esse preconceito. No caso da Crítica Textual, isso significa que a igreja não poderia levar em consideração a preservação sobrenatural e providencial da Palavra de Deus. Os mesmos métodos usados para restaurar os textos originais de Shakespeare e Milton foram usados para restaurar os textos originais das Sagradas Escrituras. O fato que Shakespeare e Milton esboçaram escritos qualitativamente diferentes da Palavra de Deus não fez nenhuma diferença.

Manuscritos antigos e apologética de escape

Quase ao mesmo tempo, vários manuscritos antigos do Novo Testamento foram encontrados – tão antigos que antecediam à maioria dos manuscritos disponíveis naquela época. Em lugares e de formas significantes, esses manuscritos mais antigos, mas mais recentemente descobertos, diferiam da leitura da vasta maioria dos manuscritos do Novo Testamento usados pela igreja por quase dois mil anos.[129] Porque o objetivo principal dos críticos textuais era restaurar os autógrafos originais da Bíblia, essas descobertas foram amplamente aclamadas. Assumia-se geralmente, por exemplo, que os textos *mais antigos* eram provavelmente os textos mais *precisos*, embora basta um pouco de pensamento para mostra que isso é falso. Se nosso objetivo é restaurar a construção das palavras dos escritos originais, o que é

mais importante não é a antiguidade do manuscrito, mas a antiguidade da *leitura* dos manuscritos. Os manuscritos mais antigos, em outras palavras, não preservam necessariamente a leitura mais antiga. No clima iluminista da época, de qualquer forma (e os antigos evangélicos em particular eram expressivamente influenciados pelo Iluminismo[130]), a descoberta desses manuscritos antigos e a disciplina da Crítica Textual em geral eram considerados uma grande bênção por muitos cristãos que acreditavam na Bíblia. Por quê? Porque eles estavam no meio de uma batalha com céticos e agnósticos que alegavam ter encontrado sérios erros na Bíblia. Com o advento dessa Crítica Textual do Iluminismo, conservadores que sustentavam uma alta visão da autoridade da Bíblia poderiam argumentar sempre, como os evangélicos fundamentalistas de hoje: "Bem, sim, há muitos erros e equívocos em nossos textos gregos e hebraicos atuais e em nossas traduções, mas podemos estar certos que não havia erros nem equívocos nos autógrafos originais. Para provar que a Bíblia não é a Palavra de Deus infalível, precisaríamos examinar os autógrafos originais; e visto que não podemos examiná-los, temos toda razão para presumir que eles eram inerrantes".[131] Esse raciocínio bem-intencionado falha em vários pontos.

A falibilidade não valida a infalibilidade

Aprendemos a ideia de infalibilidade bíblica a partir da própria Bíblia. Se nossas Bíblias atuais são de alguma forma inconfiáveis e, por isso, não são o *locus* da infalibilidade, com base em que podemos confiar no seu ensino quando ela trata da infalibilidade? Os conservadores frequentemente ridicularizam esse argumento. Eles alegam que, visto que o ensino da infalibilidade bíblica é tão amplamente atestado na Bíblia, mesmo que a passagem que a ensine não seja totalmente precisa num determinado lugar, ela é com certeza precisa nos outros. Se com isso eles querem dizer que a doutrina da infalibilidade da Bíblia é encontrada na vasta maioria dos manuscritos bíblicos, então o argumento tem o seu mérito. Mas eles não podem desejar estabelecer esse argumento, visto que para eles o *locus* da autoridade infalível não está em nenhum texto ou tradição textual particular como o *textus receptus*, mas nos próprios autógrafos originais. Se os autógrafos originais são o padrão infalível, e se não possuímos os autógrafos originais ou uma réplica deles, dificilmente podemos argumentar que hoje podemos estar infalivelmente certos de que a Bíblia ensina a própria

infalibilidade. A infalibilidade é difícil de ser validada por meio da falibilidade.

Compromisso com violadores do pacto

Um erro adicional em adotar a teoria da "inerrância dos autógrafos originais" é que ela entrega aos incrédulos violadores do pacto os fundamentos dos argumentos sobre os quais a infalibilidade bíblica e transmissão textual devem ser tratados. As assim chamadas teorias "neutras" ou "ecléticas" da Crítica Textual afirmam que qualquer indivíduo com treinamento suficiente em estudos textuais pode se engajar com sucesso na Crítica Textual – à parte de seus pré-comprometimentos teológicos. De fato, um notável evangélico, F. F. Bruce, tem argumentado que é *preferível* a Crítica Textual realizar sua tarefa *à parte* de qualquer comprometimento dogmático.[132] Seu ponto de vista é que se possuímos pré-comprometimentos teológicos, esses comprometimentos provavelmente influenciarão as escolhas entre as leituras variantes. Isso é uma ingenuidade de proporções monstruosas – como se pré-comprometimentos teológicos fossem evitáveis! Os homens chegam à Bíblia com pressuposições de violadores ou observadores do pacto. Os incrédulos (e outros desviados teológicos) não abordam a Bíblia da mesma forma que os cristãos que guardam o pacto fazem.[133] O modo como eles abordam a Bíblia certamente influenciará o modo como eles praticam a Crítica Textual, assim como influencia o modo como eles interpretam a Bíblia. Sugerir que a Crítica Textual é um empreendimento "neutro" e "científico" implica que os incrédulos e outros desviados teológicos não têm nenhum interesse pessoal em sua obra textual – que eles estão comprometidos em deixar de lado as suas pressuposições de ódio contra Deus quando trilhando seu caminho. Poucas suposições seriam mais equivocadas.

Escritura e ortodoxia

Essa é uma razão por que a transmissão textual tradicionalmente tem operado dentro da fé ortodoxa e da igreja. Barth Ehrman alega que a igreja patrística "corrompeu" o texto da Escritura ao tentar conformá-lo a certos pré-comprometimentos doutrinários ortodoxos, particularmente na área da Cristologia.[134] O que ele chama de "corrupção", sem dúvida, é frequentemente o que os cristãos ortodoxos designariam como preservação

providencial de Deus. Deus tem preservado a leitura correta do texto por meio de sua igreja – certamente não um único setor da igreja, muito menos uma única denominação, mas a igreja ortodoxa inteira durante toda a história. Sustentar que a Crítica Textual não afeta a interpretação e a doutrina é ingênuo. Fee, após discutir a significância doutrinária de várias leituras, observa que "A Crítica Textual, em vez de ser simplesmente um exercício para o especialista antes de iniciar a exegese, é também parte integral da interpretação da Palavra de Deus".[135] Se esse é o caso, e se os incrédulos ou hereges (por instruídos que sejam) suprimem a verdade de Deus revelada a eles (Rm 1.18s.), por que deveríamos esperar que eles abandonassem essa supressão depravada quando praticando a Crítica Textual? O terreno apropriado da transmissão textual é a igreja ortodoxa, não a academia "científica".

Refrescando a honestidade liberal

É sem dúvida estranho que os mesmos conservadores que tão rapidamente se abrigam nos autógrafos para defender a inerrância, negam tão ferozmente que qualquer doutrina principal seja afetada pelas variantes textuais[136] – especialmente quando os liberais têm sido muito mais honestos que os conservadores ao reconhecerem que a variação textual como abordada pela Crítica Textual moderna apresenta um risco potencial para a visão ortodoxa da Bíblia. O evangélico liberal James Barr observa:

> Ignorando completamente o estudo textual, ou tomando o caminho desesperado de afirmar que os manuscritos de alguma tradição particular, por exemplo, aqueles usados no texto traduzido pela Versão Autorizada, eram os portadores de inspiração divina inigualável [esse é precisamente o "caminho desesperado" que eu tomara ao seguir os meus antecessores Reformados – Sandlin], não há nada que o fundamentalismo possa fazer senão aceitar a validade da Crítica Textual e dizer que a inspiração presente nos autógrafos originais se perdeu, assim como eles… Na vasta maioria dos casos, onde os intérpretes conservadores apelam à possibilidade de um texto corrompido [como defesa ante a acusação dos céticos contra a infalibilidade da Bíblia], de fato não existe nenhuma prova de que o texto foi corrompido [*i.e.*, o texto existente de fato

> preserva a construção original das palavras]… Essa é uma tentativa de se livrar da discrepância apelando-se à ilusão. [137]

Barr está totalmente errado em sugerir que a Bíblia é falível, mas totalmente correto em reprovar os conservadores por se esconderem nos autógrafos originais na tentativa de reforçarem a sua visão de infalibilidade bíblica em face das críticas dos céticos.

Nesse ponto, a apologética de ginástica dos conservadores pode se tornar quase engraçada. Douglas Stuart, por exemplo, adverte: "Quando dois textos discordam, é quase sempre difícil ou mesmo impossível tomar uma decisão sobre qual dos dois poderia de fato representar mais de perto o autógrafo original",[138] e em seguida reassegura seus leitores: "Os evangélicos são livres para admitir que há fraqueza nas cópias atuais da Bíblia que possuem, ao mesmo tempo em que entusiástica e confiantemente proclamam a inerrância ou a inteira confiabilidade da fé uma vez entregue no texto da Escritura".[139] Em outras palavras, não podemos estar certos da construção das palavras do texto dos escritos originais, mas podemos estar certos que essa construção é inerrante – e podemos estar certos disso com base nos nossos textos atuais errantes!

Se dizemos que a Crítica Textual moderna somente confirmará e nunca refutará a infalibilidade bíblica e que nenhuma doutrina principal é afetada pelas variações textuais, estamos apenas nos iludindo. A Crítica Textual não é uma ciência neutra (ciência nenhuma é neutra, seja qual for). As pressuposições ortodoxas moldam um texto ortodoxo; pressuposições heterodoxas moldam um texto heterodoxo. A doutrina da preservação providencial da Bíblia sustenta que o próprio Deus tem supervisionado a transmissão do texto bíblico verdadeiro dentro da companhia dos crentes ortodoxos. Em outras palavras, *não podemos separar doutrina ortodoxa de transmissão textual*. Deus preserva o verdadeiro texto não menos do que preserva a doutrina verdadeira, e ele preserva a doutrina verdadeira *por meio* da preservação do texto verdadeiro.

O compromisso teológico da "inerrância dos autógrafos"

Os conservadores têm ficado petrificados pela acusação dos céticos de que a Bíblia está cheia de erros que conflitam não somente com ela mesma (contradições internas), mas também com os "resultados seguros" da ciência,

arqueologia, investigação histórica, e semelhantes (contradições externas). Em vez de contrariarem o próprio fundamento a partir do qual os céticos lançam essa acusação, os conservadores rotineiramente fogem para o suposto terreno seguro da teoria da "inerrância nos autógrafos originais". Essa fuga não é apenas taticamente tola, *é, em última instância, subvertedora da fé*. Como a Palavra de Deus escrita, a Bíblia é infalível. Ela é infalível porque o Deus que revelou a Bíblia não pode falar senão infalivelmente (Jo 17.17; Tito 1.2). A doutrina da infalibilidade bíblica não é um postulado indutivo – quer dizer, não abordamos a Escritura para ver *se*, de fato, a Bíblia reivindica a sua própria infalibilidade.[140] Antes, o redimido, como criatura submissa ao seu Criador, sabe que o Deus trino é infalível por sua própria natureza:

> Não é o conteúdo da mensagem bíblica que constitui a mensagem como autoritativa; mas antes é a fonte, o autor da Escritura, que é o fator que transmite autoridade… A mensagem pode servir para despertar o interesse, mas não poderia ordenar obediência. É Deus quem fala e a fé é fé em Deus e na sua palavra. Sua palavra é autoritativa porque é *sua* palavra… A infalibilidade não é algo que atribuímos à Escritura porque podemos reunir todas as suas peças, mas antes porque Deus é o seu autor.[141]

A questão da infalibilidade bíblica descansa em última análise no caráter de Deus. Dessa forma, o argumento em favor da infalibilidade bíblica (como todas as reivindicações fundacionais) é necessariamente circular: afirmamos a infalibilidade bíblica porque o Deus a quem a Bíblia revela não poderia falar senão infalivelmente, e porque a Bíblia na qual Deus é revelado afirma que Deus fala somente infalivelmente.

Os homens negam a infalibilidade bíblica, não por razões intelectuais, mas por razões éticas – *eles estão em guerra com Deus*. Os incrédulos violadores do pacto não negam a infalibilidade bíblica porque é difícil reconciliá-la com a "razão" ou com as descobertas do mundo moderno – eles negam a infalibilidade bíblica porque são rebeldes.

Da mesma forma, nós, os cristãos observadores do pacto, não afirmamos a infalibilidade bíblica porque podemos demonstrar que a Bíblia se conforma detalhadamente aos cânons da ciência moderna – antes, afirmamos a infalibilidade bíblica porque o Deus do universo não fala senão infalivelmente. Nesse sentido, Rushdoony afirma:

> Cada palavra e ato de Deus é infalível, não porque satisfaça algum padrão de precisão e verdade, e passe no teste, mas porque a palavra de Deus é a palavra final, e não há nada além de Deus pelo qual possamos julgar, testar ou provar a palavra de Deus. [142]

Essa abordagem profundamente reverente para com a Bíblia foi expressa mais comoventemente pelo grande calvinista holandês Abraham Kuyper, cujos sentimentos permitem uma citação extensa:

> … Deve-se insistir que a Bíblia como um todo, como finalmente apresentada à Igreja, quanto ao conteúdo, à seleção e ao arranjo de documentos, de estrutura e mesmo de palavras, deve a sua existência ao Espírito Santo, *i.e.*, que os homens empregados nesta tarefa foram consciente ou inconscientemente tão controlados e direcionados pelo Espírito, em todos os seus pensamentos, suas seleções, suas filtragens, suas escolhas de palavras, e escrita, que o seu produto final, legado à posteridade, possuía a garantia perfeita de autoridade divina e absoluta.
>
> O fato de as próprias Escrituras apresentarem várias objeções e, em muitos aspectos, não darem a impressão de inspiração absoluta não milita contra o fato de que todo esse labor espiritual era controlado e dirigido pelo Espírito Santo, pois a Escritura Sagrada tinha de ser construída de forma a permitir espaço para o exercício da *fé*. Ela não procura ser aprovada pelo julgamento crítico nem, ser aceita com base nesses termos. Isso eliminaria a fé. A fé agarra-se diretamente com a plenitude da nossa personalidade. Para ter fé na Palavra, a Escritura não deve nos prender pelo *pensamento crítico*, mas pela vida da *alma*. Crer na Escritura é um ato de vida, do qual tu, ó homem sem vida, só serás capaz se o Vivificador, o Espírito Santo, te capacitar.[143]

Essa visão da autoridade e infalibilidade bíblicas sopra um espírito de afeição e devoção pela Palavra de Deus escrita, que nem todas as maquinações do Inferno, nem as teorias críticas escandalosas, nem todas as pesquisas sutis sobre as infelicidades do texto existente podem perturbar. A Palavra é infalível porque ela é a Palavra de *Deus*, e é conhecida como sendo infalível somente pelo testemunho de Deus no coração dos crentes

verdadeiros no contexto da igreja. Não é como indivíduos isolados da comunidade pactual da igreja, mas como membros dessa igreja, a quem o Espírito Santo testifica da infalibilidade da Bíblia. A comunidade pactual ortodoxa por toda a história é o repositório (embora nunca o criador ou sustentador) do texto da Escritura. Ela *sabe* que a Bíblia em sua posse é a Palavra de Deus infalível, pois o Deus que se revelou como o Deus pactual da igreja só poderia falar infalivelmente. Essa verdade é testificada pela fé, não por demonstração (Hb 11).

O conhecimento do homem é temporal, especulativo, frágil e falível; portanto, o seu entendimento da revelação de Deus é temporal, especulativo, frágil e falível. O conhecimento de Deus é eterno, imutável, concreto e infalível; portanto, a sua revelação é eterna, imutável, concreta e infalível. Mensurar a precisão da Palavra de Deus pelos padrões modernos, especulativos e frágeis do homem é como, na linguagem de Van Til, tentar iluminar o sol com uma vela. Os padrões de precisão científica são provavelmente precisos por causa da infalibilidade imutável do Deus revelado infalivelmente pela Bíblia.

Os apógrafos, i.e., os textos em grego e hebraico providencialmente preservados e transmitidos dentro da igreja ortodoxa,[144] e especialmente o assim chamado Texto Recebido do Novo Testamento – a despeito do que como humanos falíveis percebemos como problemas – *é* a Palavra de Deus infalível. Esse é o texto que serviu de base para todas as traduções Protestantes dos séculos 16 e 17 – em inglês, por exemplo, o Novo Testamento de Tyndale, a Bíblia de Genebra, a Grande Bíblia, e a versão autorizada King James. Quase todas as traduções modernas – particularmente em inglês – abandonaram esse preconceito textual. A única tradução apropriada da Bíblia é aquela que reflete com precisão o texto apográfico. Um bom exemplo em inglês é a versão King James.[145]

Os cristãos que guardam o pacto não estão interessados em restaurar a construção das palavras do texto *original*; antes, eles estão interessados em *reter* a construção das palavras do texto *ortodoxo* – esse é a Palavra de Deus infalível.

Portanto, às interrogações “O que dizer das pequenas discrepâncias dentro da tradição textual do Texto Recebido?” ou “O que dizer sobre as ‘corrupções óbvias’ nessa família textual?”, respondemos: “Se não existe nenhum critério disponível pelo qual julgar as discrepâncias e corrupções, é

ilógico afirmar que a suposta inserção delas no Texto Recebido destrói a infalibilidade dele". Em outras palavras, é o Texto Recebido (e, sem dúvida, num sentido derivado, as traduções fiéis dele) que é por si mesmo o texto infalível da Sagrada Escritura. Esse é o texto fielmente preservado na igreja por muitos, muitos séculos; e ele reflete a leitura da maioria dos manuscritos existentes. Mediante uma fé simples, a comunidade pactual postula a infalibilidade desse texto como se nos apresenta.

Uma vez estava discutindo esse ponto com um dos principais proponentes conservadores da teoria da "inerrância dos autógrafos originais". Ele zombou, dizendo que a questão da autoridade do texto apográfico colocaria de lado a Crítica Textual, e todo mundo sabe, disse ele, que a Crítica Textual é essencial para manter o texto bíblico. Seu erro foi a suposição de que a crítica "neutra" e "científica" é a única forma válida. A ideia historicamente atestada de uma Crítica Textual teológica e confessional, em vez de uma Crítica Textual "neutra" e "científica" simplesmente não estava na tela do seu radar teológico. Mas esse é de fato o único método de Crítica Textual reverente. Isso, sem dúvida, é uma forma completamente diferente de pensamento, com o qual os conservadores modernos estão acostumados. Em geral, eles não estão interessados em manter a visão bíblica e histórica da Escritura, mas em responder às últimas acusações dos céticos que odeiam Deus. Eles nunca aprenderam a lição de que *não podemos formular a nossa visão de autoridade bíblica em termos de apologética*. A nossa visão da autoridade bíblica deriva-se da nossa visão da própria natureza de Deus.

Infalibilidade e imediação

Talvez, porém, o maior erro de todos os relacionados com a teoria da "inerrância dos autógrafos originais" é o de que ela coloca a infalível Palavra de Deus fora do alcance do homem e das suas circunstâncias concretas, imediatas e históricas. Não é o texto em frente do homem moderno que o confronta como a infalível Palavra de Deus. Antes, à medida que ganha sofisticação teológica, o texto presente (os apógrafos ou uma tradução fiel) torna-se meramente uma casca ou sombra da infalível Palavra de Deus, que *na verdade* reside nos autógrafos originais místicos. Isso é destruir o ensino da Escritura sobre si mesma. Por exemplo, em 2Tm 3.15.17, o *locus classicus* da doutrina ortodoxa da inspiração da Bíblia, aprendemos que as Escrituras

inspiradas que aperfeiçoam o homem de Deus são as Escrituras que Timóteo conhecia “desde criança”. Isso refere-se ao Antigo Testamento preservado e certamente não aos autógrafos originais do Antigo Testamento. De fato, há toda razão para crer que o Antigo Testamento com o qual Timóteo estava acostumado era a tradução *grega* do Antigo Testamento, a Septuaginta. O ponto não é o de que as traduções deveriam tomar precedência sobre os textos apográficos (grego e hebraico); antes, é que a Palavra de Deus escrita, ao qual o homem deve se submeter, não é um texto autográfico místico, mas o texto providencialmente preservado que está diante de nós. Isso reconhece a *imediação* da Palavra inspirada de Deus. “A palavra”, declara S. Paulo citando Deuteronômio 30.14, “está perto de ti, na tua boca e no teu coração” (Rm 10.8). A citação completa de Deuteronômio reflete a imediação da Palavra; a Palavra é dada imediatamente ao homem, de forma que ele possa se submeter e obedecer a ela:

> Porque este mandamento que, hoje, te ordeno não é demasiado difícil, nem está longe de ti. Não está nos céus, para dizeres: Quem subirá por nós aos céus, que no-lo traga e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos? Nem está além do mar, para dizeres: Quem passará por nós além do mar que no-lo traga e no-lo faça ouvir, para que o cumpramos? Pois esta palavra está mui perto de ti, na tua boca e no teu coração, para a cumprires. Vê que proponho, hoje, a vida e o bem, a morte e o mal. (Dt 30.11-15)

A Palavra de Deus é viva e poderosa, mais afiada do que uma espada de dois gumes (Hb 4.12). A Palavra infalível não é a palavra limitada ao passado, uma palavra abstrata que existe somente na mente dos eruditos textuais conservadores, aterrorizados pelos assaltos dos céticos que odeiam Deus. A Palavra de Deus infalível é a Palavra imediata que permanece diante de nós. Suas reivindicações sobre a nossa vida são as reivindicações do nosso Soberano. Nossa resposta a essa Palavra deve ser obediência, não ceticismo.

---

[1] C. Van Til, *The Doctrine of Scripture* (Den Dulk Foundation, 1967), 37.

[2] Ser racional (algo primordial e ordenado pela Bíblia) é diferente de ser racionalista. O autor está criticando e condenando (com razão) o sistema filosófico conhecido como racionalismo, e não a razão como tal. [N. do T.]

[3] B. B. Warfield, *The Interpretation and Authority of Scripture* (Philadelphia, PA, 1948), 135s.

[4] *Ibid.*

[5] *Ibid*., 420.

[6] Título traduzido: “Não tinha chovido”. Referência a Gênesis 2.5, onde é dito que “o SENHOR Deus não fizera chover sobre a terra”. [N. do T.]

[7] Título traduzido: “Espaço e Tempo na Cosmogonia de Gênesis”. [N. do T.]

[8] Título traduzido: “Prólogo ao Reino”. [N. do T.]

[9] Título traduzido: “O Tratado do Grande Rei, A Estrutura Pactual de Deuteronômio: Estudos e Comentário”. [N. do T.]

[10] Emanuel Swedenborg (1668-1773) foi um teólogo e cientista sueco. [N. do T.]

[11] Cornelius Van Til, “Introduction”, em B. B. Warfield, *The Inspiration and Authority of the Bible* (Philadelphia, PA, 1948), 29s.

[12] *Ibid.*, 35.

[13] Poucos expressaram sua importância mais sucintamente, embora poderosamente, que João Calvino: “Eis aqui o princípio que distingue nossa religião de todas as demais, ou seja: sabemos que Deus nos falou e estamos plenamente convencidos de que os profetas não falaram de si próprios, mas que, como órgãos do Espírito Santo, pronunciaram somente aquilo para o qual foram do céu comissionados a declarar”, *Pastorais – Série Comentários Bíblicos* (São José dos Campos: Editora Fiel, 2009), p. 262.

[14] Gerhard Ebeling, *The Word of God and Tradition* (Philadelphia, 1968), 127.

[15] Carl F. H. Henry, *God, Revelation and Authority* (Waco, TX, 1979), 3:445-481, e William J. Martin, “Special Revelation as Objective”, em ed., Carl F. H. Henry, *Revelation and the Bible* (Grand Rapids, 1958), 61-72.

[16] Gerhard Ebeling, *The Problem of Historicity* (Philadelphia, 1967), 9-33.

[17] Yves Congar, *The Meaning of Tradition* (New York, 1964).

[18] J. N. D. Kelly, *Early Christian Doctrine* (New York, edição de 1960), 33.

[19] *Ibid*., 31-32.

[20] Jaroslav Pelikan, *The Emergence of the Catholic Tradition* (Chicago and London, 1971), 109-120.

[21] *Idem*., *The Riddle of Roman Catholicism* (New York and Nashville, 1959), 26.

[22] Philip Schaff, *The Creeds of Christendon* (Grand Rapids [1931], 1990), 2:80.

[23] Ian Cotton, *The Hallelujah Revolution* (Amherst, NY, 1996). Eles apareceram na igreja patrística: Ronald A. Kydd, *Charismatic Gifts in the Early Church* (Peabody, MA, 1984), 31-36.

[24] Kenneth L. Gentry, Jr., *The Charismatic Gift of Prophecy* (Memphis, edição de 1989).

[25] Clark H. Pinnock, *Biblical Revelation* (Chicago, 1971), 118-119, ênfase adicionada.

[26] Essa é a visão protestante histórica: Alister McGrath, *Reformation Thought* (Oxford, edição de 1993), 144-147.

[27] Quanto à visão ortodoxa oriental sobre a relação entre Escritura e tradição, ver John Meyendorff, *Byzantine Theology* (New York, 1974, 1979), 4-11.

[28] Andrew Sandlin, “Protestantism T vs. Primitivism”, em ed., Sandlin, *Keeping Our Sacred Trust* (Vallecito, CA, 1999), 55-81.

[29] Andrew Sandlin, “The Word of the Sovereign is the True Battle for the Bible”, em ed., Sandlin, *Keeping Our Sacred Trust* (Vallecito, CA, 1999), 10-25.

[30] Richard A. Muller, *Post-Reformation Reformed Dogmatics* (Grand Rapids, 1993), 323.

[31] John H. Gerstner, *A Bible Inerrancy Primer* (Winoma Lake, IN, 1980).

[32] Cornelius Van Til, *The Defense of the Faith* (Phillipsburg, NJ, edição de 1967), 236-241.

[33] Charles C. Ryrie, "Update on Dispensationalism", em eds., Wesley R. Willis e John R. Master, *Issues in Dispensationalism* (Chicago, 1994), 15-27.

[34] Meretidh G. Kline, "Space and Time in the Genesis Cosmogony", em *Perspectives on Science and Christian Faith*, 48:2-15, 1996 [American Scientific Affiliation]. A peça mais antiga e audaciosa de Kline é "Because It Had Not Rained", *Westminster Theological Journal* 20 (1958), 146-157.

[35] Muller, *op. cit.*, 318-326, 378.

[36] Cornelius Van Til, *op. cit.*, 44-45, 160.

[37] Donald A. Hagner, "What is Distinctive About 'Evangelical' Scholarship?", *TSF Bulletin*, Janeiro-Fevereiro, 1984, 6.

[38] Noel Weeks, *The Sufficiency of Scripture* (Edinburgh, 1988), 3-36.

[39] Rousas John Rushdoony, *Systematic Theology* (Vallecito, CA, 1994), 1:29.

[40] W. Neil, "The Criticism and Theological Use of the Bible", em ed., S. L. Greenslade, *The Cambridge History of the Bible* (Cambridge, England, 1963), 3:328.

[41] Edward F. Hills, *Believing Bible Study* (Des Moines, IA, 1967).

[42] Benjamin Breckinridge Warfield, *The Inspiration and Authority of the Bible* (Philadelphia, PA, 1948), 156.

[43] Theodore P. Letis, *The Ecclesiastical Text*, (Philadelphia, 1997).

[44] John W. Burgon, *Inspiration and Interpretation* (London, 1905), 86, ênfase no original.

[45] Alan Richardson, "The Rise of Modern Biblical Scholarship and Recent Discussion of the Authority of the Bible", em ed., S. L. Greenslade, *The Cambridge History of the Bible* (Cambridge, England, 1963), 3:299-305.

[46] Gerhard Maier, *The End of the Historical-Critical Method* (St. Louis, 1974), 47-49.

[47] Alan Jacobs, "Deconstruction", em eds., Clarence Walhout and Leland Ryken, *Contemporary Literary Theory: A Christian Appraisal* (Grand Rapids, 1991), 172-198.

[48] Sobre como a doutrina é – e deveria ser – formulada, veja Alister McGrath, *The Genesis of Doctrine* (Grand Rapids, 1990), 35-80 e *passim*.

[49] Yves Congar, *The Meaning of Tradition* (New York, 1964).

[50] Peter Toon, *The Development of Doctrine in the Church* (Grand Rapids, 1979), 78.

[51] Sobre a continuidade da Reforma com a igreja católica, veja Jaroslav Pelikan, *Obedient Rebels* (New York and Evanston, 1964).

[52] Essa é uma noção tipicamente fundamentalista. Veja Robert D. Bell, "Introduction: What is Biblical Theology?", *Biblical Viewpoint*, Vol. XV, Nº 2 [Novembro de 1981], 80-83. Para uma abordagem mais profunda, veja Klaus Bockmuehl, "The Task of Systematic Theology", em eds., Kenneth S. Kantzer e Stanley N. Gundry, *Perspectives in Evangelical Theology* (Grand Rapids, 1979), 3-14.

[53] Erling T. Teigen, "Confessional Lutheranism versus Philippistic Conservatism", *Logia*, Vol. ii, Nº 4 [Outubro, 1993], 35.

[54] Charles Augustus Briggs, *Theological Symbolics* (New York, 1914).

[55] Jaroslav Pelikan, *Reformation of Church and Dogma* (Chicago and London, 1984), 336-350.

[56] J. I. Packer, "Infallible Scripture and the Role of Hermeneutics", em eds., D. A. Carson e John D. Woodbridge, *Scripture and Truth* (Grand Rapids, 1983), 348-353.

[57] Andrew Louth, *The Origins of the Christian Mystical Tradition* (Oxford, 1981), 1.

[58] Martin Heidegger, *Being and Time* (Albany, 1996).

[59] Sobre a atração restauracionista, veja Donald G. Bloesch, *The Future of Evangelical Christianity* (Garden City, NY, 1983), 85-91.

[60] James B. Jordan, *The Liturgy Trap* (Niceville, FL, 1994), 66.

[61] Jaroslav Pelikan, *Development of Christian Doctrine* (New Haven and London, 1969).

[62] Isso é progresso *dentro* dos limites da Fé ortodoxa, não fora dela. O fato que o progresso cristão genuíno ocorre dentro dos limites ortodoxos é o elemento conservador que controla o elemento progressivo essencial. Veja James Orr, *Progress of Dogma* (Old Tappan, NJ, s/d.), 17, 31.

[63] Philip Schaff, *The Principle of Protestantism* (Philadelphia and Boston, 1964), 201.

[64] Berkhof, *Systematic Thelogy* (Grand Rapids, edição de 1938), 262-264.

[65] Confissão de Fé de Westminster, capítulo 7, seção 1.

[66] O. Palmer Robertson, *The Christ of the Covenants* (Phillipsburg, NJ, 1980), 3-15.

[67] Rousas John Rushdoony, *Systematic Theology* (Vallecito, CA, 1994), 1:107-111.

[68] Daniel P. Fuller, *The Unity of the Bible* (Grand Rapids, 1992), 29, 65-66.

[69] Walter Kaiser, *Toward an Old Testament Theology* (Grand Rapids, 1978), 231-232.

[70] Robert S. Rayburn, "The Contrast Between the Old and New Covenants in the New Testament", dissertação de doutorado, Universidade de Aberdeen, 1978.

[71] *Idem*., "Hebrews", em ed., Walter A. Elwell, *Evangelical Commentary on the Bible* (Grand Rapids, 1990), 1124-1149.

[72] "Dois concertos" ou "duas alianças" em algumas versões bíblicas. [N. do T.]

[73] Greg L. Bahnsen, *Theonomy in Christian Ethics* (Phillipsburg, NJ, edição de 1984).

[74] John Murray, *The Epistle to the Romans* (Grand Rapids, 1965), 2:91-96.

[75] Jeffrey S. Siker, *Disinheriting the Jews* (Louisville, KY, 1991), 37.

[76] Rousas John Rushdoony, *Institutes of Biblical Law* (Nutley, NJ: Craig, 1973).

[77] Jaroslav Pelikan, *The Emergence of the Catholic Tradition* (Chicago and London, 1971), 81.

[78] Gustaf Aulen, *Reformation and Catholicity* (Edinburgh and London, 1962), 127.

[79] Dan G. McCartney, "The New Testament Use of the Pentateuch: Implications for the Theonomic Movement", em eds., William S. Barker e W. Robert Godfrey, Theonomy: A Reformed Critique (Grand Rapids, 1990), 148.

[80] J. I. Packer, "'Sola Scriptura' in History and Today", em ed., John Warwick Montgomery, *God's Inerrant Word* (Minneapolis, 1974), 43-62.

[81] Alister McGrath, *The Intellectual Origins of the European Reformation* (Grand Rapids, 1987), 148-151.

[82] Philip Schaff, *The Creeds of Christendon* (Grand Rapids [1931], 1990), 2:80.

[83] Cornelius Van Til, *The Doctrine of Scripture* (s/ loc., 1967), 35.

[84] Auguste Lecerf, *An Introduction to Reformed Dogmatics* (Grand Rapids [1949], 1981), 249-301.

[85] Charles Augustus Briggs, *Theological Symbolics* (New York, 1914), 310.

[86] Harold O. J. Brown, *Heresies* (Garden City, NY, 1984), 326-327.

[87] Philip Schaff, *The Principle of Protestantism* (Philadelphia and Boston, 1964), 115-117.

[88] Martin Chemnitz, *Examination of the Council of Trent* (St. Louis, 1971), 1:235-236, 249-250, 258, 267-271.

[89] Schaff, *Creeds*, 3:528.

[90] J. N. D. Kelly, *Early Christian Doctrine* (New York, edição de 1960), 33.

[91] James Orr, *Progress of Dogma* (Old Tappan, NJ, s/d.), 17, 31.

[92] James Farrar, *History of Interpretation* (London, 1886), xxv-xxvi.

[93] James Barr, *Beyond Fundamentalism* (Philadelphia, 1984), 173.

[94] Citado em Nathan O. Hatch, "The Christian Movement and the Demand for a Theology of the People", em ed., D. G. Hart, *Reckoning With the Past* (Grand Rapids, 1995), 171.

[95] R. C. Leonard e J. E. Leonard, *The Promise of His Coming* (Chicago, 1996).

[96] Thomas Sowell, *A Conflict of Visions* (New York, 1987).

[97] Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, (São Paulo: Hagnos, 2001), p. 85.

[98] Richard B. Gaffin, Jr., "Introduction", *Redemptive History and Biblical Interpretation: The Shorter Writings of Geerhardus Vos*, ed. Gaffin (Phillipsburg, NJ, 1980), xv-xvi, ênfase adicionada.

[99] *Ibid.*, xvi.

[100] *Ibid.*, xxiii.

[101] (Phillipsburg, NJ, 1978, 1987).

[102] *Ibid.*, 135-143.

[103] O clássico de Vos sobre esse assunto é *The Pauline Eschatology* (Phillipsburg, NJ, [1930] 1987). A obra penetrante de Ridderbos é *Paul: An Outline of His Theology* (Grand Rapids, 1975).

[104] Herman N. Ridderbos, *When the Time Had Fully Come* (Jordan Station, Ontario, [1957] 1982), 49.

[105] Richard B. Gaffin, Jr., "Geerhardus Vos and the Interpretation of Paul", em ed., E. R. Geehan, *Jerusalem and Athens* (Phillipsburg, NJ, 1971), 232.

[106] *Idem.*, "Introduction", xx.

[107] Gerhard Ebeling, *The Word of God and Tradition* (Philadelphia, 1964, 1968), 11.

[108] Alister McGrath, *The Genesis of Doctrine* (Grand Rapids, 1990), 132-138.

[109] Cornelius Van Til, *Christian Theistic Ethics* (Phillipsburg, NJ, 1980), 82-84.

[110] "Qualquer teologia que procure como seu princípio básico de interpretação Cristo, em vez do Deus trino, procura reduzir Deus à sua relação com o homem, em vez de estabelecer o próprio Deus como o princípio básico de interpretação", Rousas John Rushdoony, *By What Standard?* (Vallecito, [1958], 1995), 201.

[111] Geerhardus Vos, *Biblical Theology* (Grand Rapids, 1948), 143-182.

[112] Ridderbos, *op. cit.*, 89.

[113] *Ibid.*

[114] *Idem.*, "The Inspiration and Authority of Holy Scripture", em ed., Donald K. McKim, *The Authoritative Word* (Grand Rapids, 1983), 187, 189.

[115] Norman Shepherd, “The Nature of Biblical Authority”, manuscrito não publicado, 5, 7.

[116] Andrew Sandlin, “The Word of the Sovereign is the True Battle for the Bible”, em ed., Sandlin, *Keeping Our Sacred Trust* (Vallecito, CA, 1999), 10-25.

[117] Clark Pinnock está correto em distinguir duas abordagens conservadoras com respeito à questão da autoridade no cristianismo. Ele toma como exemplos perfeitos Cornelius Van Til e Carl F. H. Henry em seu livro *Tracking the Maze* (San Francisco, 1990), 43-48. Henry segue o seu mentor Gordon Clark ao fundamentar a certeza religiosa na Escritura infalível, um “axioma da revelação”. Por contraste, Van Til é “autoritário… desde o começo”: ele pede que você aceite o “sistema” do cristianismo como uma pressuposição para fazer com que tudo tenha sentido – incluindo a Bíblia. Em termos filosóficos, isso é “contextualismo”, enquanto a abordagem de Henry é “fundacionalismo”. Para Henry, o conhecimento começa pressupondo-se a Bíblia infalível; para Van Til, a pressuposição é o Deus trino e o seu “sistema” – do qual, sem dúvida, a Bíblia infalível é uma parte indispensável. Para Van Til, a certeza da infalibilidade bíblica não reside na consistência de sua mensagem, como para Henry; ela descansa sobre a suposição de que o Deus a quem pressupomos não poderia falar senão infalivelmente. A infalibilidade bíblica não é um “axioma” dessasociado do “sistema” cristão no qual a infalibilidade opera.

[118] Greg L. Bahnsen, “A Inerrância dos Autógrafos”, em ed., Norman L. Geisler, *A Inerrância da Bíblia* (São Paulo: Editora Vida, 2003), 185-232, e Benjamin Breckinridge Warfield, “The Inerrancy of the Original Autographs”, em ed. Mark A. Noll, *The Princeton Theology, 1812-1921* (Phillipsburg, NJ, 1983), 268-274.

[119] James M. Gray, “The Inspiration of the Bible – Definition, Extent and Proof”, em eds., R. A. Torrey, A. C. Dixon, *et al.*, *The Fundamentals* (Grand Rapids [1917], 1980), 12.

[120] Theodore P. Letis, “The Protestant Dogmaticians and the Late Princeton School on the Status of the Sacred Apographa”, *The Scottish Bulletin of Evangelical Theology*, Vol. 8, Nº 1 [Verão, 1990], 16-42.

[121] Richard A. Muller, *Post-Reformation Reformed Dogmatics* (Grand Rapids, 1993), 433.

[122] *Confissão de Fé de Westminster* (Glasgow [1646], 1976), 23 [capítulo 1, seção 8], ênfase adicionada.

[123] A. A. Hodge, *Outlines of Theology* (London, 1886), 656, 657, ênfase adicionada.

[124] Francis Turretin, *Institutes of Elenctic Theology*, trad. George Musgrave Giger (Phillipsburg, NJ, 1992), 1:106, ênfase adicionada.

[125] W. Neil, “The Criticism and Theological Use of the Bible, 1700-1950”, em ed., S. L. Greenslade, *The Cambridge History of the Bible* (Cambridge, England, 1963), 3:238-293.

[126] Alan Richardson, “The Rise of Modern Biblical Scholarship and Recent Discussion of the Authority of the Bible”, *ibid.*, 3:298.

[127] Edward F. Hills, *Believing Bible Study* (Des Moines, IA, 1967), capítulo 2 e *passim*.

[128] Neil, *op. cit.*, 3:270.

[129] Gordon D. Fee, “The Textual Criticism of the New Testament”, em ed., Frank E. Gaebelein, *The Expositor’s Commentary on the Bible* (Grand Rapids, 1979), 1:427.

[130] D. W. Bebbington, “Evangelical Christianity and the Enlightenment”, *Crux*, Vol. 25, Nº 4 [Dezembro, 1989], 29-36.

[131] Veja, *e.g.*, Carl F. H. Henry, *God, Revelation and Authority* (Waco, TX, 1979), 4:207-209.

[132] F. F. Bruce, “The Critical Study of Biblical Literature: Exegesis and Hermeneutics”, em ed., Philip W. Goetz, *Encyclopedia Britannica* (Chicago, 1988, 15ª edição), 14:851.

[133] Cornelius Van Til, *Christian Theory of Knowledge* (Phillipsburg, NJ, 1969), capítulo 3.

[134] Bart D. Ehrman, *The Orthodox Corruption of Scripture* (New York, 1993).

[135] Fee, *op. cit*., 1:432.

[136] Stewart Custer, *The Truth About the King James Version Controversy* (Greenville, SC, 1981), 6.

[137] James Barr, *Fundamentalism* (Philadelphia, edição de 1978), 282-283. Veja também seu livro *Beyond Fundamentalism* (Philadelphia, 1984), capítulo 15.

[138] Douglas Stuart, "Inerrancy and Textual Criticism", em eds., Roger R. Nicole e J. Ramsey Michaels, *Inerrancy and Common Sense* (Grand Rapids, 1980), 102.

[139] *Ibid*., 117.

[140] Contra Clark Pinnock, *Biblical Revelation* (Chicago, 1971), 16.

[141] Norman Shepherd, "The Nature of Biblical Authority", manuscrito não publicado, 7, 5, ênfase no original.

[142] Rousas John Rushdoony, *Systematic Theology* (Vallecito, CA, 1994), 1:29.

[143] Abraham Kuyper, *The Work of the Holy Spirit* (Grand Rapids [1990], 1946), 78, ênfase no original.

[144] Theodore P. Letis, *The Ecclesiastical Text*, (Philadelphia, 1997).

[145] Edward F. Hills, *The King James Version Defended!* (Des Moines, IA, edição de 1993).